



ENTREVISTA

Proposta pelo Ministério da Fazenda, a redução para apenas 4% das tarifas de importação nos setores de bens de capital, informática e telecomunicações poderá aniquilar o que sobrou de uma indústria que a duras penas conseguiu sobreviver à crise econômica, adverte o economista Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES e professor convidado do Instituto de Economia da Unicamp.

**FUNDOS
CONSTITUCIONAIS
CRÉDITO MAIS
CARO PARA AS
REGIÕES MENOS
DESENVOLVIDAS**

**TRABALHO
A ESTRATÉGIA
DO IEL PARA
ABRIR ESPAÇO
AOS JOVENS
NO MERCADO**

Goiás Industrial



ANO 66 / Nº 282 / JUNHO 2018

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

A ameaça MAIS GRAVE

A DEMANDA DEVERÁ SUPERAR A OFERTA DE RECURSOS HÍDRICOS NA MAIORIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO SETOR POR VOLTA DE 2035, O QUE EXIGE DESDE JÁ ESFORÇOS PARA MODERNIZAR E APRIMORAR A GESTÃO, ALÉM DE INVESTIMENTOS SUPERIORES A R\$ 5,5 BILHÕES

**TECNOLOGIA
EMPRESAS DO SETOR DE
ALIMENTOS AUMENTAM
PRODUTIVIDADE EM 30%**



NEXA

Talentos Inovadores

Sua empresa tem um projeto inovador? Então você é o foco do NEXA TALENTOS

**Transformar empresas e pessoas
por meio da Inovação!
Competitividade e desenvolvimento
para as empresas goianas.**

Se você é empresário, tem um projeto de inovação e precisa de apoio dos melhores profissionais para que esse projeto aconteça, saiba então que essa é a oportunidade que você não pode perder.



Acesse **www.ielgo.com.br/nexa**
e saiba como participar



FAPEG

Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de Goiás

FIEG
SESI
SENAI
IEL
ICQ BRASIL

FIEG IEL

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 282 / JUNHO 2018

OPINIÃO

5 / No artigo **Por juros decentes**, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, lamenta a decisão do Banco Central de não avançar na redução da Selic justamente no momento em que a sociedade pressiona o sistema financeiro pela redução do spread bancário.

MEMÓRIA

36 / Aos 35 anos, a tradicional Contraponto espera retomar crescimento de dois dígitos neste ano, voltando a registrar o mesmo ritmo imprimido aos negócios em 2015.

MADE IN GOIÁS

37 / BF Foods reforça investimentos em ampliação e na compra de máquinas e equipamentos, prevendo dobrar sua capacidade pela segunda vez apenas neste ano.

RELAÇÕES TRABALHISTAS

38 / Em vigor há praticamente seis meses, a Lei 13.467, que alterou mais de uma centena de artigos da CLT, deixou lacunas e incertezas. Diferentemente do que se esperava, afirma a presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGDT), Carla Zannini, permanece clima de insegurança jurídica causada pela pressa na aprovação da reforma trabalhista.

CAN-PACK

39 / Instalada em Itumbiara, a fábrica de embalagens metálicas do grupo polonês emprega 200 funcionários, dos quais 90% são alunos formados pelo Senai Goiás.

LAZER

42 / Complexo hoteleiro do Sesi Goiás em Aruanã consolida-se como a opção preferida dos trabalhadores da indústria nas férias.

MERCADO DE TRABALHO

45 / IEL em Ação, iniciativa itinerante adotada com sucesso pela instituição, gera oportunidades reais de emprego para jovens.



CAPA

18 / Concluído em março de 2016 e encaminhado à Assembleia no ano seguinte, o Plano Estadual de Recursos Hídricos prevê que a oferta de água deverá ser superada pela demanda na maioria das bacias hidrográficas de Goiás até 2035. O cenário exige esforços para consolidar um sistema eficiente de gestão, além de cobrar investimentos de pelos menos R\$ 5,54 bilhões até lá. A Fieg, em parceria com uma série de instituições, elaborou projeto para enfrentar o risco de falta de água, com medidas de racionalização de seu uso.

ENTREVISTA

10 / O Ministério da Fazenda propõe abertura radical e unilateral para os setores de bens de capital, informática e de telecomunicações, com redução para 4% da tarifa de importação. A medida, se adotada, afirma Luciano Coutinho, ex-presidente do BNDES e professor convidado do Instituto de Economia da Unicamp, em entrevista à **Goiás Industrial**, poderá significar a liquidação de um setor que a duras penas sobreviveu à crise mais recente.



BIOMASSA FLORESTAL

15 / O aproveitamento de madeiras florestais já consolidados no Estado para a geração de energia poderá ser o primeiro passo para a atração de investimentos na instalação em Goiás de uma indústria de base florestal, sugere o empresário Marduk Duarte, representante da Fieg no setor de silvicultura.

FUNDOS CONSTITUCIONAIS

24 / Medida provisória em vigor desde o final do ano passado alterou a fórmula para cálculo das taxas de juros nas operações com recursos dos fundos constitucionais, criados para promover a desconcentração econômica e descentralizar o crescimento em favor das regiões menos desenvolvidas do País. A mudança deverá encarecer aqueles empréstimos, favorecendo maior concentração de empresas e investimentos nas regiões Sul e Sudeste.

SEGURANÇA PÚBLICA

28 / A Secretaria de Segurança Pública do Estado, comandada pelo ex-governador e ex-senador Irapuan Costa Júnior, busca parcerias com o setor privado, especialmente com a Fieg, para incrementar as políticas de combate à criminalidade em Goiás.

PROCOMPILIMENTOS

30 / Em mais uma etapa do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi) em Goiás, 18 empresas do setor de alimentos receberam qualificação e conseguiram ganho médio de 30% em produtividade.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

Diretores

Sandro da Mabel Antônio Scodro
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvia Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
André Lavor Pagels Barbosa
André Luiz Baptista Lins Rocha
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjan Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Carlos Garrote de Sousa
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Nivaldo de Oliveira
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Gonzaga de Almeida
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcos André R. de Siqueira
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Osnei Valadão Marques
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luiz Xavier Virgílio
Sandro da Mabel Antônio Scodro

Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Bruno Beraldi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente:
Sandro da Mabel Antônio Scodro

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaine Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro e Janaina Staciariini e Corrêa

Colaboração

Nelson Anibal Lesme Orué
Tatiana Reis
Adriana Moreno

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Por juros decentes

“A interrupção da trajetória de queda ocorre justamente no momento em que a sociedade pressiona o sistema financeiro pela redução do spread bancário. Enquanto a Selic despencou 52,6% nos últimos 20 meses, o spread bancário recuou apenas 14,7%.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, Presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, em sua última reunião (16 de maio), de não avançar na redução da Selic surpreendeu o mercado e o setor produtivo brasileiro, ao colocar fim a um ciclo de 12 cortes consecutivos, iniciado em outubro de 2016. A taxa básica, mantida em 6,5%, influencia diretamente os juros praticados pelos bancos e a interrupção

da trajetória de queda ocorre justamente no momento em que a sociedade pressiona o sistema financeiro pela redução do spread bancário, aquela inaceitável diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

Enquanto a Selic despencou 52,6% nos últimos 20 meses, o spread bancário recuou apenas 14,7%. Temos uma das mais altas taxas de juros do mundo, atrás somente da Rússia e da África do Sul. Ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira sofre com as consequências da crise econômica histórica – convivendo ainda com 13,7 milhões de desempregados –, acompanhamos inertes as notícias de lucros recordes dos bancos que atuam no Brasil.

Somente em 2017, o lucro líquido dos quatro maiores bancos cresceu 14,6%, superando a cifra de R\$ 57 bilhões. Dados recentes mostram que a taxa média do cheque especial é de 324,7% ao ano e do cartão de crédito rotativo, de 334,5% ao ano. Na última década, vimos o PIB brasileiro despencar e o lucro dos bancos aumentar incríveis 123,3%.

A lógica no Brasil está invertida! O

crédito é proibitivo, prejudicando a recuperação da economia e a geração de emprego e renda. A consolidação da retomada do crescimento depende diretamente do aumento dos investimentos produtivos, que ficam à mercê dos altos juros cobrados pelos bancos nas operações de crédito, revelando preocupante aspecto de um sistema financeiro distorcido e ancorado em preço, e não em volume de financiamentos. Isso significa um enxugamento do dinheiro no mercado, impedindo investimentos e a criação de novos postos de trabalho.

É urgente o fomento à competição bancária, descentralizando os ativos do sistema, pulverizando o acesso ao crédito e ampliando a oferta com taxas acessíveis. Hoje, apenas quatro bancos detêm 80% do crédito concedido no País – um ‘cartel’ que tem o poder de formar as taxas ao tomador final, tornando missão impossível alavancar o setor produtivo e o emprego em nosso país. O cenário e os números causam repulsa: enquanto os bancos vão muito bem, o Brasil segue de mal a pior. ♦

** Artigo publicado no jornal O Popular em 27/05/2018*

Mabel é candidato de consenso

O empresário e ex-deputado federal Sandro Mabel cumprimenta Pedro Alves de Oliveira depois de o presidente da Fieg anunciar, durante reunião da diretoria com os sindicatos da indústria goiana, a escolha dele como candidato de consenso a sua sucessão, a partir de 2019. Segundo Pedro, a união e a busca de fortalecimento da federação levaram à decisão, respaldada pelos pré-candidatos André Rocha, Antônio Almeida e Wilson de Oliveira. Presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), Mabel agradeceu o trabalho de Pedro Alves em busca de consenso, relatou intensas conversas com vários empresários e se comprometeu a trabalhar para manter a Federação das Indústrias atuante e representativa, convidando os presidentes de sindicatos presentes para compor a chapa de sua diretoria. A eleição será realizada em outubro.

Silvio Simões



Miguel Ângelo/CNI



Pedro e Paulo na CNI

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, cumprimenta o empresário mineiro Robson Braga de Andrade, reeleito por unanimidade para comandar a Confederação Nacional da Indústria (CNI) até 2022. A próxima administração, que toma posse em outubro, inclui participação de Goiás, com Pedro Alves como diretor e Paulo Afonso Ferreira, vice-presidente executivo.

Na Fieg, José Eliton defende diálogo com indústria / O governador José Eliton participou, na Casa da Indústria, de reunião ordinária da diretoria da Fieg e presidentes de sindicatos, realizada dia 15 de maio. Na primeira visita à entidade no comando do Executivo estadual, ele falou das ações iniciais e defendeu a manutenção do diálogo constante entre o governo e o setor produtivo, responsável, segundo observou, por avanços econômicos sólidos nos últimos anos do Estado, “referência nacional, com crescimento sempre acima da média nacional”. José Eliton anunciou investimentos em tecnologia e inovação, na infraestrutura do Estado e na melhoria no atendimento na área ambiental, visando agilizar processos de licenciamento de empreendimentos. Ele ainda ouviu demandas dos diversos segmentos produtivos.



Silvio Simões

IEL e Fapeg fecham parceria por inovação / Em solenidade no Palácio Pedro Ludovico, dia 15 de maio, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) firmaram parceria no âmbito do Programa Nexa Talentos Inovadores, destinado a financiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), com recursos de R\$ 780 mil. O programa é dirigido a empresas e institutos de PD&I privados de Goiás e a profissionais graduados, mestres e doutores com no máximo cinco anos de titulação. Inscrições abertas para submissão de projetos pelas empresas até 25 de junho pelo site www.ielgo.com.br/nexa. Na foto, o superintendente do IEL, Humberto Oliveira, assina o contrato de parceria, ao lado do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, do governador José Eliton e da presidente da Fapeg, Maria Zaira Turchi.



R\$ 57 milhões para inovação / Projetos inovadores terão incentivos de R\$ 57 milhões este ano para desenvolvimento e colocação no mercado, com apoio do Edital de Inovação para a Indústria, lançado em Goiás dia 16 de maio, na Casa da Indústria. Iniciativa do Senai, Sesi e Sebrae, o edital visa promover a cultura de inovação e aumentar a produtividade das indústrias. Empresas de todos os portes e startups podem se inscrever em categorias como empreendedorismo industrial e inovação tecnológica. Mais informações pelo site www.editaldeinovacao.com.br.

Esfoliente de fruta / Desenvolvido pela Facinatus, indústria goiana de cosméticos, em parceria com o Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, o projeto Esfoliente Natural com Semente de Goiaba foi apresentado na Conferência Anpei de Inovação, entre 28 e 30 de maio, em Gramado (RS). O produto, criado com recursos do Edital de Inovação, já é comercializado no mercado.



Goiano vence desafio Uber com aplicativo para deficiente visual

Empreendedor na Incubadora Senai Fatesg, Franklin Silva Bonfim venceu a etapa regional do Uber Hack – maratona de programação que desafiou os participantes a criar, em um fim de semana (5 e 6 de maio, em Brasília), soluções de mobilidade urbana usando a tecnologia. Ele conquistou o primeiro lugar com o projeto Benguia, aplicativo desenvolvido para deficientes visuais que informa ao usuário serviços de empresas disponíveis para mobilidade urbana, por meio de comando de voz e toques na tela do smartphone, além de notificar o motorista sobre a condição de PCD do passageiro. Como prêmio, Silva ganhou passagens e hospedagem para participar da etapa final do desafio, dia 5 de junho, em São Paulo. O vencedor dessa disputa carimba passaporte para os Estados Unidos, onde conhecerá a tecnologia por trás do aplicativo da Uber e os profissionais da empresa.



● Franklin Silva Bonfim (à esquerda), ao lado de Dario Queija e Daniel Correa, do Senai

Alunos do Sesi Goiás brilham em torneio europeu de robótica

Com projeto de um bebedouro que reduz o risco de contaminação e propõe a reutilização da água na limpeza de ambientes e jardins, alunos do Sesi Planalto, de Goiânia, conquistaram o segundo lugar no Torneio de Robótica First Lego League Open Europe, realizado de 16 a 19 de maio, na Hungria. A equipe, formada por oito alunos com idade entre 9 e 16 anos, disputou a competição com 68 times de 40 países. Protagonista e diferencial nas salas de aula do Sesi, voltadas para o mundo do trabalho, a robótica consolida o ensino da instituição

da indústria em patamar internacional, com participação vitoriosa de alunos do ensino fundamental e médio nas mais importantes competições mundiais na área. No ano passado, equipes do Sesi Canaã subiram ao alto do pódio do First Lego League Mountain State Invitational, realizado na faculdade da Nasa, em Fairmont, na Virgínia, nos Estados Unidos. Também nos EUA, estudantes do Sesi Planalto destacaram-se no Aberto da América do Norte, na Califórnia. Outro time goiano, do Sesi e do Senai de Catalão, brilhou no Aberto Internacional de Robótica, torneio que reuniu 100 equipes de 36 países em Bath, na Inglaterra.



● **EXCESSO DE BAGAGEM:** Alunos do Sesi premiados na Hungria desembarcam no aeroporto de Goiânia

Mais produtividade / Imagine promover em sua indústria intervenções de baixo custo, por meio de técnicas de manufatura enxuta, e aumentar a produtividade em 65%. Essa foi a média alcançada por 247 empresas goianas atendidas em 2016/17 por consultorias do Senai Goiás, no âmbito Programa Brasil Mais Produtivo, do governo federal, que teve nova fase lançada dia 16 de maio, na Casa da Indústria. No biênio 2018 e 2019, entra em cena o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que irá avaliar a eficácia e o custo-benefício do programa com aplicação de questionários nas 600 empresas que serão atendidas em Goiás, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. Os segmentos atendidos são metalmeccânica, vestuário, calçados, moveleiro, alimentos e bebidas. As empresas interessadas em participar do programa devem se inscrever no site www.brasilmaisprodutivo.gov.br, no período de 15 de maio a 16 de junho de 2018.

CIN/Fieg entre os 2 mais bem-avaliados no País / O Centro Internacional de Negócios da Fieg é um dos dois mais bem avaliados da Rede CIN no País, presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, na média de critérios de pesquisa de percepção de clientes realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Área de atuação internacional da Fieg, com especialistas em comércio exterior, o CIN promove a internacionalização das empresas goianas, por meio de um conjunto de serviços customizados, além de defender interesses da indústria em sua atuação internacional.

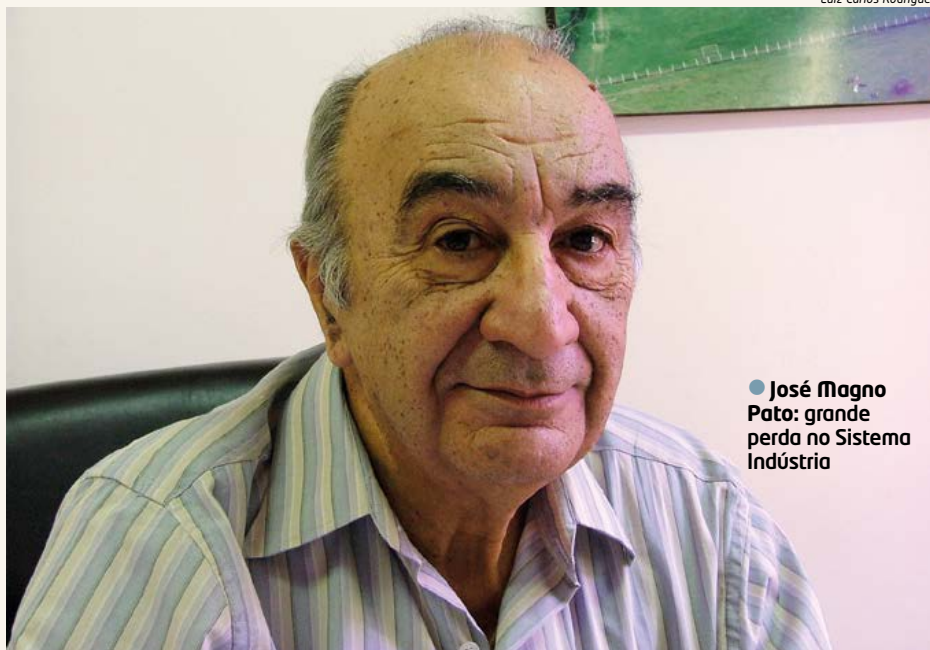


● **Equipe do CIN:** Flávio Júnior Bonfim, Johanna Guevara, Plínio Viana, Juliana da Costa Souza e Ana Carolina Vieira, com o presidente do Conselho de Comércio Exterior e Negócios Internacionais, Emilio Bittar

O legado de Pato

Dehovan Lima

Médico veterinário, o presidente do Sindicarne, **José Magno Pato**, sai de cena aos 80 anos e deixa enorme contribuição ao agronegócio goiano



Luiz Carlos Rodrigues

● **José Magno Pato: grande perda no Sistema Indústria**

Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins (Sindicarne), uma das 36 entidades que compõem o Sistema Indústria em Goiás, morreu dia 12 de maio, aos 80 anos, José Magno Pato, vítima de hemorragia digestiva e isquemia cerebral.

Mineiro de Perdões, médico veterinário, Pato construiu história de grande importância pelo crescimento do agronegócio goiano. Ainda na década de 60, ele contribuiu decisivamente na implantação do curso de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Goiás, onde foi professor. Diretor técnico, por 11 anos, da Associação Goiana dos Criadores de Zebu, implantada em 1972, Pato assumiu a Secretaria da Agricultura de Goiás em 1983, no governo Iris Rezende, e incrementou trabalho de vacinação contra a febre aftosa no rebanho bovino goiano, que passou a ter grande salto de qualidade, motivando a instalação de grandes indústrias frigoríficas no Estado, dando credibilidade a Goiás, que hoje

possui o maior número de frigoríficos do País credenciados para exportação de carnes para o exterior.

Ainda como secretário de Agricultura, implantou um arrojado projeto para a produção de seringueiras, nova atividade rentável para os produtores goianos; incrementou o serviço de fiscalização vegetal e inseriu o Lavoura Comunitária, programa que é sucesso até hoje em Goiás. Os fazendeiros cedem aos trabalhadores terras em regime de comodato para plantios diversos, cujas colheitas são divididas entre todos os envolvidos.

Em 1986, quando foi chamado para assumir o Ministério da Agricultura no governo José Sarney, o governador Iris Rezende Machado levou José Magno Pato como secretário nacional de Defesa Agropecuária. Depois, Pato retornou a Goiânia e assumiu o cargo de Delegado Federal do Ministério da Agricultura, órgão hoje denominado Superintendência Regional do Mapa, responsável pela fiscalização da qualidade de produção, industrialização e

comercialização de alimentos de origem vegetal e animal.

Como delegado federal do ministério, e gozando de grande prestígio junto às entidades de classe em Goiás ligadas ao agronegócio, teve a ideia de criar no Estado um organismo que pudesse combater a febre aftosa. Nasceu a Fundação de Combate à Febre Aftosa, que mais tarde, em 1997, se transformou no Fundeppec – Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em Goiás, entidade pioneira no Brasil. É um fundo emergencial indenizatório um seguro para os pecuaristas no caso de abate sanitário de rebanhos acometidos de doenças de notificação obrigatória, referência e modelo no Brasil, tendo motivado a criação de similares em vários Estados.

José Magno Pato era casado com Nice Vilela Pato, de tradicional família de Jataí, e deixa quatro filhos – Júnior, Mônica, Patrícia e Gabriela, além de nove netos. ◆

(com informações do Jornalista Luiz Carlos Rodrigues)

O empurrão FINAL?

A proposta de redução radical e unilateral das tarifas de importação para a indústria de bens de capital, informática e telecomunicações, defendida pelo Ministério da Fazenda, pode aniquilar o que restou de um setor que a duras penas conseguiu atravessar toda a crise e sobreviver. É o que afirma, nesta entrevista à **Goiás Industrial**, o economista **Luciano Coutinho**, professor convidado do Instituto de Economia da Unicamp e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Reduzir a proteção tarifária sem mexer nas distorções que persistem na estrutura de tarifas de importação no País, sem mexer no sistema de tributos e nos custos de financiamento pode trazer efeitos contraproducentes, com impacto negativo sobre a dinâmica da economia e sobre a produtividade, alerta ele.

Goiás Industrial – As propostas de cunho mais liberal voltaram a dominar a agenda econômica. O Ministério da Fazenda estuda propor à Câmara de Comércio Exterior (Camex) uma redução das tarifas de importação de bens de capital, de informática e de telecomunicações.

Luciano Coutinho – A proposta é exatamente a de reduzir a proteção tarifária naqueles setores a uma tarifa máxima de 4%. Seria uma redução unilateral e específica para essas categorias de bens, sem mexer nas tarifas de insumos. Como bens de informática e de telecomunicações, assim como os bens de capital, estão em listas de exceção, isso pode ser feito apenas pelo Brasil. Então, dentro da Tarifa Externa Comum, a TEC, o Brasil inscreveu esses dois blocos de bens como exceções e não precisaria passar por uma negociação com o Mercosul inteiro (para reduzir as tarifas). Para mexer no resto dos insumos, teria de passar por uma negociação mais complexa, que não conseguiriam fazer dentro do prazo de validade do atual governo. Este é um governo que tem prazo para acabar, com baixíssima legitimidade e que está mexendo em coisas para as quais ele não tem mandato. Neste caso específico, colocando em risco segmentos econômicos que ainda estão convalescendo de um período longo de fragilidade, de crise, da qual ainda não saíram. Se em cima disso você dá um golpe com a redução de tarifas, sem mexer nas tarifas de insumos, agrava a questão. Para você fabricar um equipamento, você hoje importa aço, importa partes, componentes e, no caso específico de máquinas, vários componentes têm uma tarifa modal mais alta do que o teto da tarifa de máquinas. A tarifa modal para alguns componentes chega a 18%, enquanto o teto máximo da tarifa nominal no setor de máquinas chega a 14%. A tarifa efetivamente praticada é de 7,5%, com alguns picos ou tetos de 14%. Mas tem ►

**“MAS SE VOCÊ,
NUMA CONJUNTURA
DE FRAGILIDADE, FAZ
INOPINADAMENTE
ESSA REDUÇÃO
(DE TARIFAS),
VAI FACILITAR
AINDA MAIS A
COMPETITIVIDADE
DO PRODUTO
ESTRANGEIRO E VAI
PROVAVELMENTE
INVIABILIZAR UMA
PARCELA RELEVANTE
DO SETOR QUE FEZ
UM GRANDE ESFORÇO
PARA SOBREVIVER
ATÉ AQUI”**



alguns insumos que estão sob tarifas até mais altas. O Brasil tem uma estrutura tarifária que ao longo do tempo foi ficando distorcida. Normalmente, existe no mundo todo a observância daquilo que se chama de escalada tarifária, ou seja, as tarifas dos bens finais são sempre mais altas do que as tarifas dos insumos necessários à produção daquele bem final. E, neste caso, você tem distorções. Essa equação está invertida e você deveria no mínimo corrigir essas distorções antes de fazer uma rebaixa da tarifa final. Eles estão fazendo vista grossa ou ignorando essas distorções e no afã de mostrar algum serviço para a comunidade internacional, o que é um eufemismo para interesses de outros países que querem maior acesso ao mercado brasileiro, estão fazendo uma emenda sem consertar o soneto.

Goiás Industrial - Quais os impactos dessa medida, se vier a ser efetivada, para setores de bens de capital e de informática?

Coutinho - Uma parcela grande do setor está com margem zero ou, em alguns casos, está com margens negativas. Porque o setor teve uma forte queda de demanda entre 2015, 2016 e uma parte de 2017. A recuperação começou no segundo semestre do ano passado, com algum crescimento, aparentemente de 5%, mas em cima de uma base muito baixa. O setor teve uma baixa acumulada de quase 30% de demanda e de produção. Então ele está apenas começando a reagir. E sofreu uma compressão muito forte de margens. Uma coisa é você fazer uma abertura tarifária em um ambiente em que a economia está crescendo, em que o câmbio está bem ajustado, em que você já melhorou a estrutura tributária, acertou essas distorções na própria proteção tarifária, onde você tenha uma taxa de juros do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) minimamente alinhada – porque a taxa de juros da Finame (Financiadora de Máquinas e Equipamentos) está muito cara. Mas se você, numa conjuntura de fragilidade, ainda difícil, faz inopinadamente essa redução, você vai facilitar ainda mais a competitividade do produto estrangeiro, que é financiado com juros mais baixos, e vai provavelmente inviabilizar uma parcela relevante do setor que fez um grande esforço para sobreviver até aqui. É claro que tem uma parte do setor composta de subsidiárias de multinacionais, que exportam a partir do Brasil, que pode sobreviver. Mas também, se a proteção cai muito, esse segmento

pode escolher migrar suas bases de produção para outros lugares e abastecer o mercado brasileiro com importações.

Goiás Industrial - Ou mesmo por meio de importações diretas de máquinas e equipamentos.

Coutinho - Sim, por meio importação direta. Ou ele encolhe a base brasileira e importa certas máquinas de seu sistema internacional de outras origens.

Goiás Industrial - Qual o diferencial entre os custos de financiamento da Finame e os custos no mercado internacional?

Coutinho - Um financiamento Finame hoje para a produção de máquina está em torno de 14% a 14,5% ao ano. O financiamento de uma máquina alemã está saindo a 4% ao ano em euros. Suponha que você tenha um risco cambial aí de mais 5% a 6%, ainda seria uma diferença muito grande. Quando se traz a valor presente uma máquina financiada a juros de 14% e outra que você financiou a 4%, esta máquina valerá mais do que a que você descontou a 14%. Então você vai ter uma preferência e essa diferença de custo financeiro no valor da máquina pode chegar a 20%. É uma diferença suficientemente grande para um cliente que fatura em moeda estrangeira e, portanto, tem um hedge (proteção) natural, os juros mais baixos, mesmo em moeda estrangeira, tornam-se um atrativo para ele importar.

Goiás Industrial - Alguns economistas contestam os impactos negativos e defendem a abertura tarifária. Como

o sr. analisa esse tipo de contestação?

Coutinho - Eles se apegam a dois argumentos. Um desses argumentos afirma que existe uma literatura em que nos anos 1990 foi feita uma abertura unilateral (pelo Brasil) e isso teria aumentado a produtividade. Depois, contestam a questão da proteção efetiva do setor de bens de capital e usam trabalho feito há uns três anos para isso. Mas esses trabalhos todos têm deficiências metodológicas. Você usa uma matriz de insumo-produto do IBGE que é muito antiga. O que posso dizer é que os argumentos levantados ignoram e não respondem três fatores relevantes que fundamentam minha preocupação.

“ESTE É UM GOVERNO QUE
TEM PRAZO PARA ACABAR,
COM BAIXÍSSIMA LEGITIMIDADE
E QUE ESTÁ MEXENDO EM
COISAS PARA AS QUAIS ELE
NÃO TEM MANDATO”



Goiás Industrial - Quais seriam?

Coutinho - A primeira é que um encolhimento adicional do setor de bens de capital doméstico, que atualmente supre 48% do consumo brasileiro de máquinas e equipamentos, faria essa fatia encolher mais ainda, lembrando que mais da metade já é importada. Quando qualquer economia investe, é importante que o investimento gere um efeito multiplicador. Esse encolhimento tornaria a economia brasileira menos dinâmica, porque, sempre que houvesse um ciclo de investimentos, a demanda por equipamentos, máquinas vai vazar toda ou quase toda para o exterior. Hoje, metade dessa demanda realimenta circuitos internos de produção, renda e emprego. Uma diminuição ainda maior do setor de bens de capital irá debilitar esse efeito dinamizador da economia. Esse é um ponto.

Goiás Industrial - Qual é o segundo, professor?

Coutinho - O segundo ponto diz respeito à situação conjuntural de fragilidade do setor. O momento é inoportuno para fazer esse tipo de movimento, uma abertura adicional feita em um momento de fragilidade. É uma covardia isso. Como disse, uma coisa é fazer isso num momento de crescimento e que as próprias empresas tenham capacidade financeira para reagir. A hipótese dos liberais é que, se você abre a economia, o setor se torna mais eficiente. Ora, mas se o setor está convalescente, ele não tem condições financeiras e objetivas de reestruturar sua própria configuração de forma a se tornar mais produtivo. Há um problema de conjuntura adversa que deveria ser considerado, diferentemente de uma situação normal, em que as empresas tivessem uma rentabilidade razoável e, confrontadas com uma maior competição, pudessem reagir. O terceiro argumento é aquele do custo do financiamento. As modificações feitas no custo de funding (financiamento) do sistema BNDES foram muito precipitadas. Essas mudanças, com a adoção da TLP (Taxa de Longo Prazo), poderiam ter sido feitas gradativamente. Primeiro deveria ser reduzida a Selic (taxa básica de juros do sistema financeiro) de forma efetiva, para depois mexer no sistema. A Selic vem sendo reduzida muito lentamente. Na verdade, as linhas do BNDES estão também caras porque os bancos privados, ao repassarem os recursos do BNDES, aumentaram o spread (diferença entre as taxas de captação e de aplicação de

recursos pelo setor financeiro). O crédito bancário privado para o setor empresarial encolheu nos últimos dois anos e meio e os spreads subiram. Há também uma conjuntura em que, apesar da queda da Selic, a queda das taxas de juros de mercado tem sido ainda mais lenta, se comparada à queda dos juros básicos e à queda da inflação, o que criou uma disparidade no custo do financiamento, que espero que seja conjuntural, num momento muito inoportuno.

Goiás Industrial - Esses pontos parecem não ser considerados pela corrente mais liberal do pensamento econômico.

Coutinho - A defesa da abertura do mercado de fato não

considera esses argumentos, que não têm sido objeto de contestação. A literatura citada por esses setores, uma literatura dos anos 1990, remete à reforma tarifária realizada no governo Collor. A média da tarifa (de importação) no Brasil, que era em torno de 44%, foi reduzida para 20% ou pouco mais que isso. Não foi feito de uma vez só, foi feito gradativamente. Mas o que aconteceu naquele momento? Frente a esse choque, o primeiro movimento das empresas foi terceirizar uma série de custos, que no Brasil tiveram de ser assumidos pelas empresas ao longo do tempo. De quais custos estou falando? É refeitório próprio, transporte próprio, segurança própria. As empresas tinham frotas de ônibus ou de vans, tinham refeitórios com funcionários próprios. Higiene, limpeza, segurança, tudo era funcionário próprio das empresas. Quando veio essa pressão (da redução tarifária), foi um momento maciço de terceirização. As empresas demitiram funcionários de transporte, de

restaurantes, de segurança, de limpeza e terceirizou tudo isso. E terceirizou de maneira meio precarizadora, porque todo esse pessoal passou a ser contratado por empresas que contratavam mão de obra informal. E aí, se você toma o estoque de trabalhadores com carteira assinada na indústria e compara ao valor de produção, houve um aumento aparente de produtividade do trabalho e que durou algum tempo, teve um impacto, mas depois, na verdade, a produtividade estagnou. Houve uma etapa de ajuste produzido por aquela reforma tarifária. O que esse pessoal faz? Eles fazem um exercício econométrico e constatarem uma relação (entre a redução de tarifas e o aumento da produtividade). Mas aquilo está datado no tempo, numa conjuntura e numa estrutura ►



“UM FINANCIAMENTO FINAME HOJE PARA A PRODUÇÃO DE MÁQUINA ESTÁ EM TORNO DE 14% A 14,5% AO ANO. O FINANCIAMENTO DE UMA MÁQUINA ALEMÃ ESTÁ SAINDO A 4% AO ANO EM EUROS”

igualmente datadas e eles acham que aquilo é uma verdade universal e que vai valer da mesma forma em qualquer momento, como se fosse atemporal.

Goiás Industrial - Em resumo, foi um momento econômico que não vai se repetir, até porque as empresas já não estão enxutas em função da crise recente?

Coutinho - Exatamente. As empresas já estão super enxutas e estão pressionadas.

Goiás Industrial - Numa mudança de assunto, qual a perspectiva para setor de infraestrutura e o que o Brasil deveria estar fazendo nesta área?

Coutinho - Há um consenso em relação à necessidade de ampliar o investimento em infraestrutura. Mas considere que projetos de infraestrutura precisam de financiamento com prazos de maturação superiores a dez anos, considere ainda que o mercado de crédito bancário tem séria dificuldade em oferecer esses financiamentos por várias razões, porque ele não consegue captar a prazos mais longos porque existem regulações que tornam bastante restritivo o descasamento entre prazos de captação e de aplicação no sistema bancário. Mas você pode argumentar que existe o mercado de capitais, onde você pode lançar debêntures. Beleza, tem o mercado de capitais. Mas a escala é pequena. No ano passado todo, você teve R\$ 9,0 bilhões a R\$ 10,0 bilhões de debêntures de longo prazo, debêntures de infraestrutura. O País precisa de R\$ 250,0 bilhões adicionais, ou seja, além do que já é

investido atualmente, o que significaria sair de 1,5% para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em investimentos no setor. Tenho o setor privado entrando com equity (participação) de 25%, então teríamos o setor privado entrando com algo em torno de R\$ 62,0 bilhões de poupança. Sobrariam R\$ 188,0 bilhões que precisariam ser financiados a longo prazo. Suponho que o mercado de capitais tenha capacidade de decuplicar seu volume de financiamento, ainda faltariam R\$ 94,0 bilhões para financiar. Quem pode oferecer isso? Seria o BNDES. Não há outra fonte. A alternativa seria tomar empréstimos estrangeiros, o que criaria um grave desequilíbrio, porque o setor de infraestrutura não é exportador, não fatura em moeda estrangeira. Ele vai embutir um desequilíbrio cambial na sua estrutura de financiamento. O BNDES deveria estar preparado para colocar mais R\$ 94,0 bilhões por ano no financiamento apenas nessa conta que estamos fazendo.

Goiás Industrial - O que está programa de recursos para o banco, então?

Coutinho - O BNDES tem previsto em torno de R\$ 70,0 bilhões a R\$ 75,0 bilhões de desembolso. Se eu somar mais R\$ 94,0 bilhões, tenho R\$ 169,0 bilhões de "tamanho mínimo" do BNDES. Na medida em que o governo começa a encolher e encolher, a desmontar o banco, quando o País estiver preparado para investir de forma muito mais maciça em infraestrutura, vai faltar financiamento. O BNDES já havia logrado obter uma escala que lhe permitiria assegurar isso e agora essa escala foi desmontada. E este pode vir a ser um óbice ao desenvolvimento do País. ♦



“O PAÍS PRECISA DE R\$ 250,0 BILHÕES ADICIONAIS, OU SEJA, ALÉM DO QUE JÁ É INVESTIDO ATUALMENTE, O QUE SIGNIFICARIA SAIR DE 1,5% PARA 5% DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA”

● **No Estado vizinho:** indústria de base florestal em Mato Grosso do Sul responde por 28,5% de todas as riquezas geradas

A ENERGIA DO EUCALIPTO

Projeto prevê o aproveitamento de **florestas cultivadas** para a geração de eletricidade, estimulando a consolidação de uma indústria de base florestal em Goiás

A intensificação da silvicultura em Goiás poderá, mais adiante, abrir a oportunidade de atração de indústrias de base florestal, favorecendo especialmente as regiões Norte e Nordeste, que apresentam nível mais reduzido de desenvolvimento e enormes carências na área do emprego. É o que defende Marduk Duarte, representante da Fieg na cadeia das indústrias de base florestal e proprietário da Matha Florestal Usina de Tratamento de Madeira de Reflorestamento. O “gatilho” para isso, imagina o empresário, “poderá e deverá ser o aproveitamento dos maciços florestais já implantados no Estado para a geração de energia a partir da biomassa do eucalipto”.

A concretização desse projeto, principal meta do Plano de Desenvolvimento Florestal do Estado de Goiás, desenvolvido pelo setor, ►



● **Marduk Duarte:** estímulo à silvicultura do eucalipto diante do risco de “apagão” em Goiás, com drástica redução das áreas de cultivo

exigirá esforços conjuntos do setor privado e do governo para evitar o que Duarte antecipa como o risco de um “apagão florestal” no Estado, exatamente na exploração de eucalipto. A participação goiana no plantio da espécie é muito reduzida, com área total limitada a 159,2 mil hectares, segundo trabalho realizado pela Embrapa Florestas, em parceria com o Sebrae Goiás.

Mais da metade daquela área, algo como 81,8 mil hectares, conforme o trabalho, são plantios já com cinco a mais de seis anos de idade e que deverão ser submetidas a corte nos próximos dois anos, estima por sua vez Duarte. A área explorada tenderá a cair proporcionalmente, para algo em torno de 77,4 mil hectares, “e estamos caminhando para zerar a área” se a tendência não for alterada, adverte o empresário. “Temos de salvar essa silvicultura, para que possamos, mais à frente, agregar valor à produção florestal”, defende ele.

Duarte lembra que Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso do Sul, onde a exploração é mais recente, cultivam respectivamente 2,0 milhões, 1,5 milhão e quase 1,0 milhão de hectares de eucalipto. Segundo ele, há uma década e meia a silvicultura respondia por alguma coisa entre 1,0% e 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul e essa fatia atualmente chega a 28,5%. “Imagine uma cadeia produtiva que consegue agregar, no curto espaço de 15 anos, perto de 27% no PIB de um Estado como Mato Grosso do Sul, que não é um Estado qualquer. Isso mostra a força do setor e seu potencial para a economia goiana”, sustenta Duarte.

A geração de energia em Goiás com uso de biomassa florestal “é praticamente nula”, diante do potencial dessa fonte estratégica para a segurança do sistema elétrico brasileiro e a estabilidade da geração de energia. Como parte de um trabalho reunindo entidades como Fieg, Sebrae, Faeg e Embrapa Florestas, que traçou um diagnóstico inicial da silvicultura em Goiás, o setor passa agora a analisar o potencial de

geração de energia, principalmente para o setor industrial.

“Por que isso? Porque, ao analisar toda a cadeia de energia alternativa, constata-se que as fontes eólica e solar são complementares, porque não conseguem manter uma geração de energia 24 horas por dia, como exigido de uma cadeia estruturante. E a energia de biomassa florestal é estruturante porque pode gerar 24 horas por dia”, afirma ainda Duarte. O plano em desenvolvimento para o setor propõe, numa primeira fase, a exploração de maciços florestais consolidados nas regiões de Rio Verde, Jataí, Ipameri e Cristalina, por exemplo, para a geração de energia.

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

Mais à frente, a proposta é de implantação de florestas cultivadas de eucalipto nas regiões Norte e Nordeste de Goiás, onde ainda não há plantios, explorando basicamente áreas degradadas, com impactos ambientais positivos. “Mas são áreas aptas para a produção de madeira, com terras baratas, o que pode se tornar uma grande oportunidade de melhorar a qualidade de

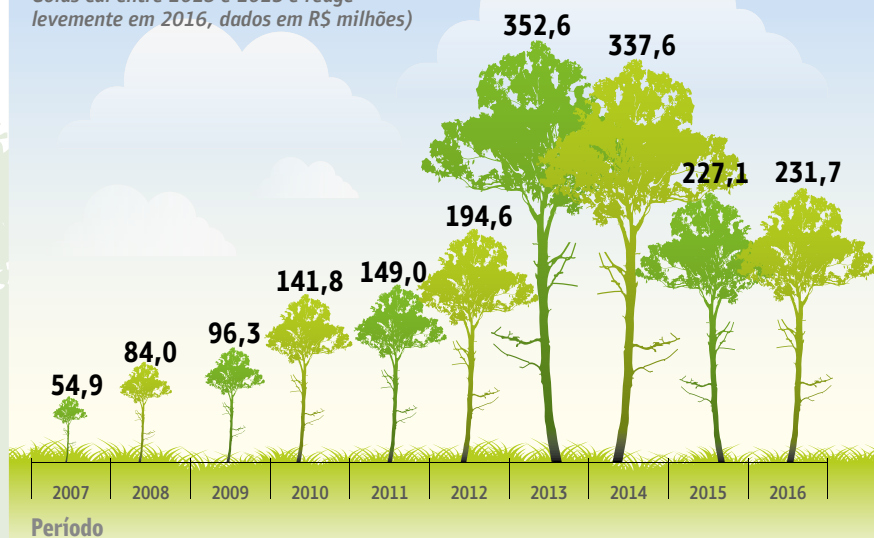
vida naquelas regiões, atraindo indústrias e gerando empregos”, diz ele. A própria exploração florestal já abriria uma ampla frente de oportunidades, diante da necessidade de formação de viveiros, o plantio de eucalipto em si, a manutenção das florestas, corte da madeira e seu transporte, envolvendo “toda uma logística florestal muito rica”.

No estágio final desse projeto, prossegue Marduk Duarte, “a ideia é implantar pelo menos uma usina termelétrica em cada microrregião no Norte e no Nordeste, o que poderá significar a instalação de quatro usinas com área plantada de 100 mil hectares, correspondendo a um potencial de geração entre 60 e 80 megawatts”. Segundo ele, esse será apenas o “início de um projeto para criar uma logística florestal no Estado”. Será possível “fazer muito mais”, arrisca.

A oferta de energia a partir de eucalipto, a custos que podem ser até três vezes mais baixos do que o da geração solar, sustenta ainda Duarte, funcionaria na atração de indústrias de base florestal, que poderiam contar ainda com a logística

REAÇÃO MODESTA

(Valor bruto da produção da silvicultura em Goiás cai entre 2013 e 2015 e reage levemente em 2016, dados em R\$ milhões)



Fonte: IBGE



© Ricardo Reis

● **Potencial:** florestas cultivadas podem acrescentar 300 terawatts/hora na geração de energia, poupando emissões de 500 milhões de toneladas de carbono

da Ferrovia Norte-Sul para escoamento da produção. “As regiões dispõem de mão de obra e isenção de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”, acrescenta, defendendo a necessidade de desenvolver um ambiente de negócios favorável para atrair investimentos.

VALOR DA PRODUÇÃO DESABA APÓS RECORDE

O valor bruto da produção da silvicultura em Goiás, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu quase seis vezes e meia entre 2007 e 2013, saindo de R\$ 54,943 milhões para R\$ 352,622 milhões – o mais alto na série histórica. A receita bruta do setor, no entanto, entrou em baixa nos anos seguintes, mergulhando para R\$ 227,094 milhões em 2015, num tombo de 35,6% frente a 2013. No ano seguinte, dado mais recente divulgado pelo instituto, houve leve reação, de 2,0%, alcançando R\$ 231,714 milhões, ainda 34,3% abaixo do recorde.

Três usinas de Itaipu

“A biomassa florestal talvez seja a única fonte renovável que não é nem intermitente e nem sazonal, permitindo geração de energia durante todo o ano”, afirma Pietro Erber, diretor do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE). Segundo ele, a geração de energia renovável poderá significar uma alternativa de rentabilidade para os projetos que o País precisa tocar até 2030 para recuperar áreas degradadas e cumprir os compromissos internacionais. Até lá, lembra Erber, entre outros compromissos, o País terá de plantar 12,0 milhões de hectares de florestas e recompor em torno de 18,0 milhões de hectares de vegetação nativa, cobrindo especialmente áreas de preservação permanente e de reserva legal, mas igualmente áreas degradadas e com baixa produtividade.

Numa estimativa inicial, prevê-se que seriam necessários em torno de R\$ 80 bilhões apenas para o plantio de 12,0 milhões de hectares até 2030. Será preciso ainda elevar a participação de fontes de energia renováveis não hídricas para 23% da geração total de energia elétrica. Os

números mais atuais indicam participação de 8,9% da biomassa na potência instalada.

Daqueles 12,0 milhões de hectares previstos, Erber estima que entre 6,0 milhões e 7,0 milhões estarão já disponíveis para aproveitamento em 2030, considerando-se o plantio médio anual de 1,0 milhão de hectares de florestas em um intervalo de seis a sete anos entre o plantio e o primeiro corte, num manejo sustentável. Isso deverá significar, em grandes números, uma produção anual média de 26,0 toneladas de biomassa florestal por hectare, o que seria suficiente para gerar ao redor de 26,0 megawatts/hora de energia elétrica. No total, portanto, a geração potencial de energia poderia alcançar, projeta Erber, algo próximo a 300 terawatts/hora (TWh) quando o programa atingisse sua maturidade, por volta de 2037, o equivalente a três vezes a potência da binacional Itaipu. Ao substituir a energia produzida a partir de gás natural em termelétricas, ele acrescenta, as emissões anuais no setor elétrico seriam reduzidas em qualquer coisa próxima a 500 milhões de toneladas de carbono equivalente (CO₂eq). ♦

A AMEAÇA MAIOR

Em 17 anos, maioria das bacias hidrográficas no Estado deverá anotar desequilíbrio entre oferta e demanda, colocando em risco o abastecimento

Lauro Veiga Filho

Em pouco mais de uma década e meia, mantidas as tendências observadas no momento de elaboração da versão final do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), a demanda projetada de recursos hídricos em Goiás deverá superar 91% da disponibilidade de água, atingindo 1,26 milhão de litros por segundo, diante de uma oferta na faixa de 1,39 milhão de litros por segundo. Num cenário de risco elevado, mas não descartável em razão das mudanças no clima, com ocorrências mais frequentes de fenômenos climáticos extremos, a demanda deverá superar a oferta na maioria das bacias hidrográficas do Estado, com a situação

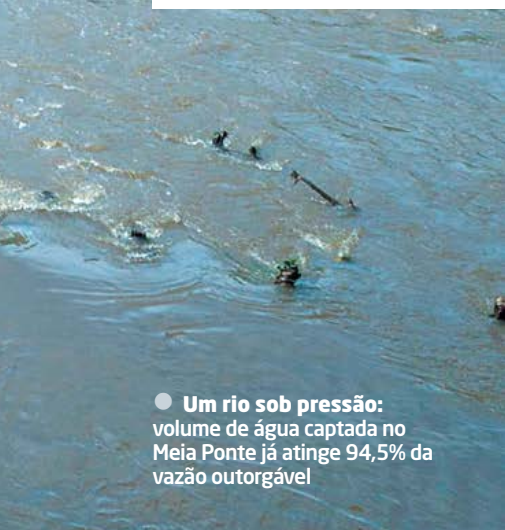
atingindo níveis críticos também em relação à qualidade da água.

Nos prognósticos mais negativos, os desequilíbrios mais sérios tendem a atingir 8 dentre as 11 unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos em que o Estado é dividido dentro do plano estadual. Concluído em março de 2016, o PERH está em tramitação na Assembleia Legislativa desde o ano passado, ainda sem apreciação pelos deputados, que não parecem ter a urgência que aqueles cenários recomendam.

Os números em si não são nem bons nem ruins, afirma João Ricardo Raiser, gerente de planejamento e apoio ao Sistema de Gestão de



● **CRISE ANUNCIADA** - em abril de 2015, **Goiás Industrial** já alertava, também em matéria de capa, para risco de escassez de água e agravamento na restrição ao acesso e uso de recursos hídricos



● **Um rio sob pressão:** volume de água captada no Meia Ponte já atinge 94,5% da vazão outorgável



● **João Ricardo Raiser:** uma gestão eficiente dos recursos hídricos poderá prevenir a ocorrência de crises

Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). “Significam apenas que vamos ter muito uso, o que pode ser um dado positivo, porque indicam tendência de crescimento para a economia estadual. Se tivermos boa condição de gestão dos recursos hídricos, com planejamento adequado dos usos, não deverá representar um problema”, supõe ele. Mas também não será exatamente tão tranquilo como um passeio pelo bosque.

Goiás já abriga, desde agora, o segundo maior conflito pelo uso da água em todo o País, envolvendo a usina hidrelétrica de Batalha e irrigantes, no Rio São Marcos, que faz parte da bacia do Rio Paranaíba, afirma Raiser. A área cobre a região de Cristalina e Luziânia, em Goiás, Paracatu, em Minas Gerais, além de trechos do Distrito Federal. Segundo ele, a área irrigada ali poderia chegar a 200 mil hectares, mas está limitada a 80 mil hectares, aproximadamente, por falta de água.

Os esforços para alcançar níveis de gestão que permitam enfrentar com certa

tranquilidade os cenários projetados para 2035 deverão exigir o envolvimento de toda a sociedade, com participação de todos os usuários, o que inclui indústria, comércio, agricultura, saneamento básico e geração de hidroeletricidade, em articulação com o setor público, adianta Raiser.

A gestão dos recursos hídricos tem sido uma preocupação também da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), que já formula estratégias para equacionar prováveis crises nessa área. Coordenado pelo Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, em parceria com Faeg, Secima, Saneago, Sinduscon, Crea, Celg e Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, o trabalho Preservação da Água e do Solo contempla um estudo estratégico com propostas para enfrentar um cenário de escassez hídrica, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia – uma das áreas já em situação crítica. “O mais importante é conseguirmos transmitir a consciência de que a água é um bem escasso, insubstituível e que precisa ser usado com racionalidade”, afirma o presidente da federação, Pedro Alves de Oliveira. ►



● **Sistema de captação e distribuição de água:** área de saneamento exigirá recursos de R\$ 4,40 bilhões até 2035

INVESTIMENTO BILIONÁRIO

O plano estadual projeta a necessidade de investimentos de R\$ 5,54 bilhões entre 2015 e 2035, o que corresponderia a um desembolso anual médio na faixa de R\$ 276,96 milhões. Caso o plano seja aprovado neste ano, o investimento tende a se aproximar de R\$ 370,0 milhões por ano, em média, se todas as premissas estabelecidas pelo trabalho não sofrerem alterações. A maior parte dos recursos, num total de R\$ 5,32 bilhões, deverá ser destinada a projetos e obras, dos quais pouco menos do que R\$ 4,40 bilhões estão previstos para investimentos em saneamento ambiental (água e esgoto), representando 79,4% do total.



● **Barragem no João Leite:** Fieg cobra investimentos para conclusão do sistema que vai assegurar o abastecimento na Grande Goiânia

A contribuição da indústria

O conjunto de propostas incluídas no projeto Preservação da Água e do Solo - Estudo Estratégico com Propostas para Enfrentar o Desafio da Escassez Hídrica abrange áreas urbanas e rurais, envolvendo ainda os setores industrial e de saneamento. A crise hídrica enfrentada no segundo semestre do ano passado em Goiânia, entre outros fatores, levou o setor produtivo a buscar soluções e alternativas para assegurar a oferta de água e o abastecimento.

A Fieg decidiu criar um grupo de trabalho, com participação da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), Secima, Saneago, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea-GO), Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Goiás (Sinduscon-GO) e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte. O consenso estabelecido entre as várias partes permitiu definir quatro eixos de atuação, incluindo armazenamento e aproveitamento de águas pluviais; construção de reservatórios e barragens; recuperação, conservação e proteção de mananciais; e planejamento e gestão de recursos hídricos,

introduzindo uma perspectiva de mais longo prazo ao projeto.

O estudo lembra que a legislação municipal já estipula, em Goiânia, a destinação de um percentual mínimo de 15% de área permeável nas novas construções, permitindo escoamento e infiltração da água das chuvas. Mas, sustenta Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg, seria preciso também criar estímulos para os novos projetos incluam reservatórios para captação de água pluvial, com dimensões proporcionais à área a ser construída. Entre outros benefícios, lembra ele, os reservatórios poderão conter parte das águas durante períodos de forte precipitação, prevenindo enchentes e inundações. Além disso, a água armazenada poderá ser utilizada, ainda nos períodos chuvosos, na limpeza, em vasos sanitários, pias e jardins, reduzindo o consumo de água tratada e permitindo a recuperação dos níveis dos reservatórios no Estado.

Nas áreas urbanas, a adoção de sistemas de perfuração de sumidouros em logradouros públicos, áreas residenciais e comerciais igualmente poderia evitar enchentes ao facilitar o escoamento da

água captada para o lençol freático. Da mesma forma, o trabalho considera que a construção de “piscinas” em locais de maior fluxo de água de enxurradas poderia evitar “estrágos urbanos e alagamentos”.

Os poderes públicos, propõe o documento, deveriam autorizar e tornar possível a construção de represas em áreas rurais, que se encarregariam de liberar água em momentos de estiagem, realimentando os cursos de água e favorecendo o abastecimento. O reflorestamento de áreas de nascentes, a recuperação de matas ciliares e a adoção de práticas ambientalmente amigáveis, como a instalação de curvas de nível em lavouras e pastagens, igualmente contribuíram para aumentar a oferta hídrica e realimentar o lençol freático. O projeto sugere também o aperfeiçoamento dos sistemas de irrigação, com aplicação de técnicas que contribuam para poupar água sem comprometer a produtividade.

A contribuição do setor industrial poderá vir por dois caminhos principais, seja por meio do incentivo ao reaproveitamento de água pluvial com a construção de tanques de armazenamento, seja pelo estímulo à instalação de equipamentos



● **Edifício Pedro Alves de Oliveira: sistema de captação e reuso de água pluvial reduz uso de água tratada em 38%**

que possibilitem tratamento e reuso nos sistemas de produção. Mas, acrescenta ainda o trabalho, será necessário investir também em infraestrutura especialmente no setor de saneamento.

Entre os projetos sugeridos, o documento defende a conclusão da interligação entre a Estação de Tratamento de Água Mauro Borges e o Sistema Meia Ponte e a construção do “linhão” para abastecimento de bairros de Aparecida de Goiânia. Caberá à Saneago, além daqueles projetos, investir na universalização dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, o que permitiria devolver aos mananciais água devidamente tratada e despoluída, e ainda buscar recursos para construção da barragem no Rio Claro, em Bela Vista, numa estratégia para assegurar o abastecimento no longo prazo.

EDIFÍCIO MODELO

Num exemplo concreto de soluções alternativas que podem ajudar a mitigar a escassez hídrica em tempos de crise, relata o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, o edifício que leva seu nome, com 7,5 mil metros quadrados de área construída, conta com um sistema para

captação e reutilização de águas pluviais, contribuindo para reduzir a pressão sobre a rede pública. O prédio inclui reservatório com capacidade para 47,2 mil litros, que armazena a água no período de chuvas e permitiu reduzir o consumo de água tratada em 38% nos primeiros quatro meses deste ano, em comparação a igual período do ano passado, além de contribuir para a recarga do lençol freático.

A água pluvial é reaproveitada em descargas de vasos sanitários e na limpeza de pisos e calçadas, por exemplo. Por meio de bombas de recalque, há direcionamento para um segundo reservatório, localizado no barrilete do prédio, com capacidade para 3,0 mil litros, de onde é feita a distribuição por gravidade para os pontos de consumo não potáveis. O edifício ainda possui um sistema de contenção e percolação da água pluvial. O excedente captado pelo reservatório inferior e a água que precipita nas lajes de piso são direcionados para dois poços de contenção e absorção, construídos com paredes drenantes, permitindo que a água seja absorvida pelo terreno gradualmente, reabastecendo o lençol freático.

Ações emergenciais em Goiás

Em abril, o governo do Estado lançou o projeto Meia Ponte Para Todos, com uma série de medidas preventivas para assegurar o abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia durante todo o ano. Segundo o titular da Secima, Hwaskar Fagundes, a vazão outorgada na bacia do Rio Meia Ponte, principal fonte de água para abastecimento da população da capital e dos municípios que formam a região, atingiu 3.266 litros por segundo, correspondendo a 94,53% da vazão outorgável, próxima de 3.455 litros por segundo. Pouco mais de 79% dessa vazão, num total de 2.589 litros por segundo, estão outorgados à Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) e a irrigação responde por 11,1% do total (363 litros por segundo). “Nosso objetivo é trabalhar de forma intensa para evitar que falte água e planejar de forma preventiva para garantir o abastecimento em toda a região metropolitana”, afirma Fagundes.

No dia 6 de setembro do ano passado, o governo do Estado havia decretado situação de emergência para a bacia do Meia Ponte pelo prazo de 90 dias, diante da crise gerada pela estiagem e má utilização dos recursos hídricos a montante das áreas de captação da Saneago. Naquele período, as vazões de captação outorgadas diretamente



Agnaldo Felix/SECIMA

● **Hwaskar Fagundes: “Nosso objetivo é trabalhar de forma intensa para evitar que falte água”**



Agnaldo Felix/SECIMA

● **Gustavo Henrique Soares:** vazão no rio Meia Ponte chegou a cair de 8 mil a 9 mil para apenas 800 litros por segundo na estiagem

ou em barramentos foram reduzidas pela metade, atingindo a indústria e agricultura. Em 9 de março deste ano, o governo voltou a instituir a situação de emergência nas bacias do Meia Ponte e do Córrego João Leite, por meio do Decreto 9.176, o que autorizou a Secima a iniciar a montagem de um plano de monitoramento e continência de forma a prevenir nova crise de falta de água na região.

O projeto anunciado em abril prevê a recuperação de nascentes e de matas ciliares ao longo da bacia do rio, alcançando os municípios de Itauçu, Inhumas, Goianira, Nova Veneza, Brazabrantes, Nerópolis e Goiânia, incluindo replantio de árvores e outras providências. Segundo Gustavo Henrique Soares, superintendente de recursos hídricos da Secima, o Comitê da Bacia do Rio Meia Ponte – que inclui representantes da indústria, da agropecuária e dos setores de energia elétrica e abastecimento – vai definir os usos com base nos dados sobre a vazão do rio, que varia, no período chuvoso, entre 8 mil a 9 mil litros por segundo.

No período mais crítico da estiagem, no ano passado, a vazão média havia desabado para apenas 800 litros por segundo, de acordo com Soares. “Esse comportamento mostrava que o problema não havia

sido causado apenas por falta de chuvas”, sustenta Fagundes. Por isso, entre as medidas incluídas no pacote, está a exigência de instalação de hidrômetros para todas as áreas e estabelecimentos com captação direta acima de 20 litros por segundo. No trecho a montante da captação no Meia Ponte estão licenciadas 63 represas, algumas sem vazão de fundo. Para esses casos, adianta Hwaskar Fagundes, serão instalados cifões para permitir que a água retorne ao rio, recompondo sua vazão. “Mas a grande preocupação está nos barramentos não licenciados”, afirma o secretário.

Clima extremo agrava riscos

“A falta e a baixa qualidade da água afetam o dia a dia da indústria e inibem investimentos. Por isso, o risco hídrico é cada vez mais relevante na estratégia de negócios de diversos setores industriais”, afirma o gerente executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo. Segundo ele, as incertezas climáticas “são um fator-chave nos riscos associados às águas” e um “desafio central para a gestão das águas”, especialmente diante da “previsão de extremos – secas e enchentes – mais acentuados” e da falta de “condições para uma previsão mais assertiva”.



José Paulo Lucinda

● **Davi Bomtempo:** “Risco hídrico é cada vez mais relevante na estratégia de negócios de diversos setores industriais”

A despeito dos avanços registrados desde a aprovação da Lei 9.433, em 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, consolidando o princípio de usos múltiplos para a água, ainda há um caminho longo a percorrer. Por exemplo, cita Bomtempo, “é urgente fortalecer os Estados para atender suas funções no gerenciamento dos recursos hídricos e qualificar a articulação entre União e Estados”. Para ele, quanto “mais consolidado e eficiente for o setor público, mais segurança e estabilidade terão os setores usuários”.

É igualmente urgente, prossegue Bomtempo, promover a qualificação dos planos de recursos hídricos, “que são pouco operativos e não aprofundam os estudos de cenários”. Desenvolvidos com a qualidade e profundidade necessárias, esses estudos “ajudam os setores usuários da água no planejamento e adoção de ações que reduzam a exposição a riscos associados com a água”, acrescenta ele. Por fim, mas não menos importante, destaca o especialista, a ausência de uma agenda estruturada de pesquisa e desenvolvimento com foco em recursos hídricos impede que avanços tecnológicos recentes possam ser incorporados “ao cotidiano da gestão das águas”, o que limita os esforços destinados a desenhar soluções para a questão.

Além de consolidar estruturas de gestão, Bomtempo defende a modernização dos instrumentos de alocação de recursos hídricos. “Os marcos de alocação de água e os processos de alocação negociada de água são importantes e devem ser consolidados em estreito diálogo com os usuários de água”, sustenta.

Entre outros avanços observados na gestão hídrica desde 1997, Bomtempo inclui a institucionalização dos conselhos nacional, distrital e estaduais de recursos hídricos, cobrindo praticamente todo o País, e a criação de mais de 150 comitês de bacia hidrográfica (cinco deles já instalados em Goiás, que aguarda a criação de mais dois). Desses, perto de meia centena já teve aprovada a cobrança pelo uso da água e, portanto, o investimento dos recursos arrecadados em ações definidas pelos planos de cada bacia, “fortalecendo a lógica da descentralização”.

Bomtempo entende, igualmente, que o País operou avanços na sistematização de informações necessárias para a gestão das águas. Segundo ele, a Agência Nacional de Águas (ANA), criada em 2000, “presta serviço de excelência na organização do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos e a publicação dos relatórios de conjuntura é uma importante contribuição para que as empresas desenhem suas estratégias de segurança hídrica”.

Novas tecnologias, menor consumo

As crises mostraram para a indústria, em especial, que “a saúde das bacias hidrográficas está diretamente relacionada com seu negócio, que é importante olhar para fora dos muros da fábrica e estabelecer relações construtivas com as diferentes partes interessadas”, comenta Davi Bomtempo. Ele lembra que novas tecnologias podem ser fortes aliadas para a redução da demanda por água não apenas na indústria, mas também na agricultura e no saneamento. “Os avanços tecnológicos são um dos prin-

cipais fatores no desenho dos contextos do gerenciamento de recursos hídricos nos próximos anos”, reforça.

Como parte da solução da questão hídrica, por sua capacidade de desenvolver tecnologias, novos processos e gerar inovação, continua Bomtempo, a indústria tem avançado nessa área, desenvolvendo plataformas específicas para gerenciar o risco hídrico, monitorando não só o consumo como a qualidade da água. A estratégia do setor contempla a medição setorializada dos usos, que ganhou maior dimensão na última década, o “engajamento no sistema de gestão de recursos hídricos, adoção de sistemas de reuso e recirculação de água, identificação de sistemas alternativos de captação, especialmente da chuva e de poços, sistemas de reciclagem de água no processo produtivo e restritores de vazão nas águas das torneiras”.

Em algumas áreas, como na indústria química, menciona Bomtempo, a captação de água foi reduzida em 25% entre 2006 e 2016. “Mesmo para as empresas que têm um uso mais intensivo de água em função das características de seus processos e pro-



● **Tecnologia para poupar água:** montadoras de veículos reduzem uso de recursos hídricos pela metade no processo de fabricação

duto, a carga orgânica dos efluentes gerados e, consequentemente, seu potencial poluidor, tem sido efetivamente reduzida ao longo dos anos, resultado da otimização dos processos, redução de vazamentos, melhorias nos ciclos de lavagem dos equipamentos e segregação de descartes”, acrescenta ele.

O uso de água na fabricação de veículos, em outro exemplo, caiu pela metade entre 2008 e 2013, sempre de acordo com o gerente da CNI, e em algumas empresas, com adoção de sistemas mais modernos, o reaproveitamento de água aproxima-se de 100%. A preocupação com menor uso estende-se aos produtos igualmente. Conforme Bomtempo, entre outros casos, as máquinas de lavar tiveram o consumo de água durante o processo de lavagem reduzido em 50% entre 2002 e 2017. As torneiras eletrônicas com sensor permitiram reduzir o gasto de água em 85% em comparação com torneiras convencionais, com redução de 60% nos sanitários que adotam duplo acionamento na válvula de descarga. ♦

UM GOLPE NAS REGIÕES MENOS DESENVOLVIDAS

Medida provisória, em vigor desde dezembro passado, pode encarecer custos de financiamento dos fundos regionais e promover maior concentração

Os fundos constitucionais criados pela Constituição de 1988 para financiar a economia nas regiões menos desenvolvidas do País injetaram, entre 1989 e o ano passado, perto de R\$ 256,9 bilhões nas economias dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em valores não atualizados, ajudando a atrair investimentos, gerar empregos e redistribuir o crescimento. Esse mecanismo está agora sob ameaça e poderá sofrer um golpe definitivo caso o Congresso aprove sem alterações a Medida Provisória (MP) 812/2017.

Em vigor desde 27 de dezembro do ano passado e ainda em tramitação no Congresso,

entre outros pontos, a MP cria a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC), composta por uma taxa supostamente prefixada, baseada na Nota do Tesouro Nacional série B (NTN-B), com prazo de vencimento de cinco anos; e outra variável, sujeita às alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A TFC, já com a nova configuração definida pela equipe econômica, passou a ser aplicada aos financiamentos concedidos pelos fundos, excluindo-se as operações rurais.

“A mudança provocará um prejuízo incomensurável para o setor produtivo, para o emprego e para o desenvolvimento regional, podendo agravar a concentração econômica no País”, declara o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. A seu ver, a MP parece desenhada para favorecer o sistema financeiro convencional e representaria, se não sofrer mudanças no Congresso, “um passo para acabar com os fundos constitucionais”.

“Ao indexar os empréstimos à inflação, os riscos das empresas aumentam”, afirma o gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, em entrevista à Agência de Notícias CNI. Segundo ele, os custos dos financiamentos podem ficar inviáveis, caso a inflação volte a subir, como

Alex Maheiras



“A mudança provocará um prejuízo incomensurável para o setor produtivo, para o emprego e para o desenvolvimento regional, podendo agravar a concentração econômica no País.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg

ocorreu em 2015, quando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 10,67%. Castelo Branco destaca que a nova fórmula de cálculo dos juros pode resultar em aumentos significativos do custo dos financiamentos contratados com os Fundos Constitucionais em cenários econômicos mais adversos.

A adoção da TFC, na visão da con-

Alex Malheiros



● **Andréa Vecchi:** nova sistemática “retira a previsibilidade e a segurança do empresário/investidor que trabalhava com juros prefixados”

sultora tributária e de relações governamentais da Fieg, Andréa Vecchi, tende a penalizar mais os custos dos créditos concedidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que passam a se alinhar à Taxa de Longo Prazo (TLP), aproximando-se das taxas de mercado. “Essa mudança retira a previsibilidade e a segurança do empresário/investidor que trabalhava com juros prefixados”, afirma. Ela acredita que a MPV abre as portas para, mais adiante, uma alteração de maior fôlego na “estrutura geradora de recursos para os fundos constitucionais”. Sua sugestão, endossada pela Fieg, é para que o Congresso mantenha “a sistemática de encargos financeiros prefixados”.

Ainda de acordo com Andréa, “são recursos vultosos e a Receita Federal está de olho neles”, num cenário de ajuste nas contas do governo central. Atualmente, por determinação constitucional, os fundos recebem 3% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), aplicando os recursos no financiamento, em condições diferenciadas, de empresas instaladas naquelas três regiões.

Esses recursos, que se aproximaram de R\$ 29,2 bilhões no ano passado, “se transformaram no principal instrumento

para a redução das desigualdades socioeconômicas regionais e intrarregionais do País”, na descrição da CNI. Ainda de acordo com dados da confederação, apenas seis Estados, todos das regiões Sul e Sudeste, com predominância para esta última, concentram 71,3% do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria. “Os demais 21 Estados somam 28,7% da indústria nacional, todos pertencentes às regiões menos desenvolvidas, com exceção do Espírito Santo, Estado onde parte dos municípios é abrangida pela Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)”, aponta ainda nota econômica publicada pela CNI a propósito da MP 812/2017.

Contribuição para o desenvolvimento

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, lembra que Goiás tem alcançado taxas de crescimento acima da média nacional nas últimas décadas em função da combinação entre a disponibilidade de recursos naturais, as políticas de atração de investimento e a boa interlocução entre os setores público e privado. “O FCO está inserido nesse contexto, ao permitir às empresas acesso ao crédito a juros mais baixos e com taxas fixas, até a edição da MP 812”, afirma.

A criação do fundo e sua operacionalização, observa ainda, representaram uma “contribuição relevante para o desenvolvimento e Goiás foi um dos Estados que mais tirou proveito desses recursos”. Até o ano passado, excluídos os créditos para o setor rural, as taxas de juros do FCO variavam entre 8,50% e 15% ao ano, já aplicado o bônus de adimplência, atingindo 10% a 17,65% sem o bônus, a depender do porte do tomador, do setor financiado e do tipo de operação. A adoção de juros variáveis, sustenta Pedro Alves, significará uma “ceifada no nosso processo de desenvolvimento”.



Miguel Ângelo/Agência CNI

● **Castelo Branco:** economista da CNI antecipa aumento nos riscos financeiros para as empresas



● **Financiamentos liberados em 2017: crescimento recebeu contribuição do setor de serviços, incluindo a área de lazer e alimentação**

A fórmula de cálculo da Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) contempla um fator de atualização monetária, dado pelo IPCA, conforme já citado, multiplicado pelos juros da TLP, incluindo o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), que leva em conta a diferença de cada uma das regiões em relação à renda média per capita dos domicílios no País, um “fator de programa” (variando de 0,5 a 1,8 a depender do tipo da operação e seu valor) e aplicação do bônus de adimplência, fixado em 0,85 para as parcelas da dívida pagas até seu vencimento.

Os detalhes, no entanto, tornam a aplicação da TFC mais complicada. A CNI, em estudo recente, mostra que o CDR para as regiões Norte e Nordeste, que incidirá exclusivamente sobre a parcela prefixada da TFC, foi definido em 0,62 (contemplando um desconto de 38%, portanto). Mas não haverá desconto para o Centro-Oeste. “Isso significa que não haverá diferenciação, de caráter regional, na taxa de juros do FCO em relação à TLP. Ressalte-se que o Centro-Oeste ainda apresenta expressivos desequilíbrios intrarregionais”, aponta a confederação.

Como contraproposta, a CNI defende que o mecanismo de diferenciação regional seja estabelecido por “sub-regiões que contemplem o aspecto das

desigualdades intrarregionais”. O cálculo do CDR definido pela medida provisória leva em conta o fato de a renda per capita no Centro-Oeste ser superior à renda média do País, sugerindo um nível de desenvolvimento mais elevado, o que não parece corresponder à realidade, já que o dado regional é distorcido pela renda média domiciliar per capita muito mais elevada no Distrito Federal, em função de características próprias da capital federal, não replicadas nas demais áreas do Centro-Oeste.

APERTO AINDA MAIOR

O estudo da CNI destaca ainda mais um ponto relevante ao analisar o bônus de adimplência. Até a edição da MP, aponta o trabalho, a legislação que regula os fundos determinava a aplicação do bônus de 15% sobre o encargo total do financiamento. Desde a edição da MP, o bônus passou a incidir apenas sobre a parcela prefixada daqueles encargos. “Na prática, essa alteração implica em uma redução dos 15% para 3% a 5% (no bônus), o que se traduz em crescimento do valor final do financiamento”.

Adicionalmente, acrescenta a CNI, a Portaria Interministerial nº 44 de 2018 reduziu os limites para a contratação de financiamento de investimento associado a capital de giro de 50% para 25% e cortou

o prazo de operações de capital de giro de 36 para 18 meses. Na avaliação da confederação, as “alterações restringem as condições do financiamento, deixando de atender uma parcela dos empreendedores”.

Como consequência, pode-se “esperar que o valor final dos encargos financeiros fique incompatível com a necessidade de financiamento de atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas, mesmo com a aplicação do Coeficiente de Desequilíbrio Regional”.

Um teto para o teto

Sob as novas condições definidas pela medida provisória, as taxas de juros dos fundos constitucionais estão abaixo dos encargos financeiros em vigor até dezembro passado, observa a CNI. Mas a fórmula concebida para estabelecer a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) incorporou componentes de alta volatilidade, que poderão fazer seu custo explodir sob condições macroeconômicas menos favoráveis – hipótese que não pode ser desprezada no caso brasileiro.

Mesmo na parcela “prefixada” da TFC, deve-se lembrar que as NTN-B podem apresentar bruscas oscilações em fases de turbulência, especialmente em um ano de eleições que carrega incertezas de monta como agora. Considerando a perspectiva

eleitoral e o histórico de crises no País, a CNI elaborou simulações sobre os custos financeiros dos fundos constitucionais tomando cinco cenários diversos.

No primeiro, que considera inflação caminhando para 4,02% ao ano, ainda abaixo do centro da meta, e uma taxa prefixada de 2,7%, o financiamento do FCO para investimento em bens de capital teria custo anual de 7,12%, podendo saltar para 19,64% num ambiente com inflação de 10,71% em 12 meses e juros prefixados de 7,3%, já considerando, nos dois casos, a aplicação de bônus de adimplência.

Ainda dentro do FCO, os custos dos empréstimos para micros, pequenas e médias empresas poderão variar de 6,41%, no melhor cenário, a 17,58% no pior caso. Como alternativa que permitiria, ao mesmo tempo, preservar o patrimônio dos fundos e assegurar a continuidade dos desembolsos no longo prazo, a CNI sugere

que os custos calibrados pela inflação obedecem a um limite, fixado com base no teto máximo estabelecido para o IPCA no regime de metas inflacionárias (hoje em 6,0% ao ano, com o centro da meta definido em 4,5%). O limite, para a CNI, “garantiria a efetividade do principal instrumento de incentivo à atividade produtiva e à geração de emprego e renda nas regiões menos favorecidas”.

RECORDES NO CENTRO-OESTE

Depois de dois anos de queda, as contratações dos fundos constitucionais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste voltaram a apresentar forte crescimento em 2017 e mantém a tendência neste ano. Na comparação com 2016, os desembolsos saltaram 51,7%, saindo de R\$ 17,930 bilhões para R\$ 27,191 bilhões. Entre 2014 e 2016, os financiamentos haviam sofrido perdas de R\$ 6,587 bilhões, numa

redução de 26,9%. No primeiro trimestre deste ano, frente ao mesmo período de 2017, as contratações aumentaram quase 59%, saltando de R\$ 4,058 bilhões para R\$ 6,434 bilhões.

No Centro-Oeste, os desembolsos do FCO foram recordes em 2017, em valores nominais, atingindo R\$ 8,314 bilhões, quase 91% mais do que em 2016, quando haviam somado R\$ 4,355 bilhões. No primeiro trimestre, cresceram mais 38,4%, para R\$ 1,807 bilhão. Em Goiás, os empréstimos saíram de pouco menos de R\$ 1,680 bilhão em 2016 para R\$ 3,149 bilhões, novo recorde, avançando 87,5% e representando 37,9% das contratações totais na região. No acumulado entre janeiro e março deste ano frente a igual intervalo de 2017, registrou-se alta de 18,2%, de R\$ 551,56 milhões para R\$ 655,32 milhões. ♦

Crédito reage

(Contratações realizadas com recursos dos fundos constitucionais das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, em R\$ milhões)

Ano	FCO	FNO	FNE	Total
2010	4.272	2.578	10.798	17.648
2011	5.547	1.896	10.091	18.533
2012	5.861	4.283	11.970	22.114
2013	6.092	4.719	12.273	23.084
2014	5.706	5.357	13.454	24.517
2015	5.274	3.965	11.495	20.735
2016	4.355	2.334	11.241	17.930
2017	8.314	2.906	15.971	27.191

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Nova alta neste ano

(Contratações realizadas com recursos dos fundos constitucionais das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, em R\$ milhões)

Período	FCO	FNO	FNE	Total
1º trimestre 2017	1.306	684,0	2.068	4.058
1º trimestre 2018	1.807	536,0	4.091	6.434
Variação	38,4%	-21,6%	97,8%	58,6%

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Desembolso recorde

(Contratações com recursos do FCO em Goiás, valores em R\$ milhões)

Ano	Goiás
2010	1.295
2011	2.061
2012	1.869
2013	2.040
2014	1.766
2015	1.789
2016	1.680
2017	3.147

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Outro bom desempenho

(Desembolsos do FCO em Goiás, R\$ milhões)

Período	Goiás
1º trimestre 2017	551,56
1º trimestre 2018	655,32
Variação	18,8%

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Parcerias contra O CRIME

*Secretário de Segurança Pública de Goiás, o ex-governador e ex-senador Irapuan Costa Júnior, em entrevista à **Goiás Industrial**, atribui queda nos indicadores de criminalidade no Estado à intensificação da ação policial, combinada com trabalho de inteligência no combate ao crime e à troca de informações com o aparato de segurança nos demais Estados, dentro do pacto pela segurança firmado entre os governos estaduais. O governo de Goiás, antecipa Costa Júnior, deverá lançar nos próximos dias o Pró-Rural, no âmbito do programa Mais Segurança, de combate à criminalidade no campo, que seguirá as mesmas linhas do Pró-Carga, instituído para combater o roubo de carga. O secretário busca ainda parceria com o setor privado, especialmente a Fieg, que visitou recentemente, em busca de recursos para manutenção e aquisição de equipamentos destinados à polícia técnico-científica e de apoio para a recém-criada Associação dos Amigos de Policiais.*

“TEMOS ALGUMAS PREMÊNCIAS E ESTAMOS LEVANTANDO ISSO PARA DISCUTIR COM A FIEG. POR EXEMPLO, TEMOS UMA DEFICIÊNCIA GRANDE DE EQUIPAMENTOS NA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA”



Alex Matheiros

Goiás Industrial - *Quais são as metas e diretrizes do programa Mais Segurança? O que a secretaria pretende entregar até o final do governo?*

Irapuan Costa Júnior – Este é um programa bastante amplo, vem sendo gestado há algum tempo, desde que o atual governador José Eliton era secretário de Segurança Pública. Quando entrei aqui o programa estava praticamente pronto, demos apenas alguns retoques. Uma parte dele já foi implantada com muito sucesso, que é aquela do batalhão dos terminais. Como podemos nos recordar, há poucos meses os terminais rodoviários da capital, principalmente, estavam tomados por algumas gangues, inclusive por gangues violentas, que roubavam, assaltavam, molestavam senhoras. E com essa implantação do batalhão dos terminais praticamente

desapareceram esses tipos de crime. Mas o plano, evidentemente, é muito mais ambicioso. Contempla um programa de combate ao crime rural, aos roubos de máquinas e equipamentos, roubo de gado, de fertilizantes, de defensivos. Ele vai ser anunciado via decreto do governador que deverá ser assinado nos próximos dias e vai se chamar Pró-Rural. Ele segue linhas semelhantes de um programa já existente chamado Pró-Carga, que funciona integradamente às polícias, envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, a própria Polícia Federal, que combate o roubo de cargas. A queda nesse crime em Goiás no último ano foi de 50% e estamos para lançar, dentro do programa Mais Segurança, o Pró-Rural, que vai seguir nessa linha. Será um plano integrado de combate ao crime na área rural.

Goiás Industrial - *Quais são as demais linhas do Mais Segurança?*

Irapuan Costa Júnior – O programa inclui ainda a chamada tropa de recobrimento, que é uma tropa que vai estar pronta para atuar em qualquer município do Estado, onde houver a necessidade de uma ação mais pronta, de execução de ações integradas. Ela está pronta para se fazer presente onde se fizer mais necessário. Estão entrando em serviço 2 mil novos soldados, teremos 300 viaturas chegando para serem incorporadas à frota das polícias. Os bombeiros vão participar também, principalmente pela sua presença ostensiva. Em suma, é um programa para não só dar mais segurança, como está dando hoje – todos os índices de criminalidade estão caindo no Estado de Goiás –, mas também dar a sensação de segurança para a população, para que ela tenha a percepção do que está acontecendo.

Goiás Industrial - *Quais são os recursos definidos para o programa?*

Irapuan Costa Júnior – São recursos orçamentários, recursos do governo estadual, embora estejamos aguardando, por parte do Ministério da Segurança Pública, a liberação de algumas verbas que foram prometidas. Como o ministério é ainda muito novo e está se estruturando, isso ainda não foi perfeitamente fixado, embora já saibamos, o ministro já falou isso em recente reunião com os secretários de Segurança Pública, que esses recursos serão repassados do Fundo Nacional de Segurança Pública para os fundos das secretarias que já têm essa estrutura criada e estão adimplentes com as informações para o ministério, o que é o nosso caso. Estamos totalmente em dia com a prestação de informações.

Goiás Industrial - *O sr. já tem informação sobre o volume desses recursos para Goiás?*

Irapuan Costa Júnior – Ainda não foi adiantado. Poderíamos arriscar um número, aqui para o Estado de Goiás, mas isso é uma especulação, de algo em torno de R\$ 40,0 milhões. No orçamento do Estado, temos definido um volume importante de recursos. Nos últimos anos, o governo do Estado investiu em segurança pública algo acima de 10% do orçamento estadual, aliás muito mais do que os outros Estados estão investindo.

Goiás Industrial - *Como os indicadores de criminalidade têm se comportado neste início de ano?*

Irapuan Costa Júnior – Nós monitoramos 12 indicadores principais, homicídios, latrocínios, estupros, roubos e furtos de veículos, a residências. Esses índices todos caíram durante 2017 e continuaram caindo neste primeiro trimestre do ano. Dos 12 indicadores, 11 estão em queda.

Goiás Industrial - *Qual a dimensão dessa redução?*

Irapuan Costa Júnior – Ela varia muito, dependendo do tipo de crime, mas variou de uma queda de 10% a 40%.

Goiás Industrial - *O sr. atribui essa mudança a que fatores?*

Irapuan Costa Júnior – A um conjunto de fatores. Primeiro, houve uma intensificação grande do trabalho policial neste primeiro trimestre, não só no primeiro trimestre, mas também nos últimos meses de 2017. O número de abordagens praticamente dobrou do ano passado para este ano e, além disso, houve um desenvolvimento muito grande da inteligência. A Superintendência de Inteligência aqui, no Estado de Goiás, é exemplo para o resto do Brasil. Funciona muito bem e funciona integrada a um pacto de segurança com os Estados vizinhos. A troca de informações é permanente e isso tem se mostrado muito eficiente na prevenção. Temos usado métodos bem modernos de investigação e isso tem ajudado bastante.

Goiás Industrial - *O sr. citou que estão chegando mais 2 mil homens. Hoje o efetivo atende às necessidades do setor?*

Irapuan Costa Júnior – Não. O efetivo é pequeno. São 13 mil soldados da Polícia Militar e deveriam ser pelo menos 20 mil. Mas tudo tem de ser de acordo com as possibilidades do Estado.

Goiás Industrial - *Como funcionariam essas parcerias com o setor privado, propostas pelo sr. recentemente?*

Irapuan Costa Júnior – Estamos fazendo um estudo para levar ao presidente da Fieg, meu amigo Pedro Alves de Oliveira, que se dispôs a estudar nossas propostas. Temos algumas premissas e estamos levantando isso para discutir com a Fieg. Por exemplo, temos uma deficiência grande de equipamentos na polícia técnico-científica, que é fundamental na investigação, na elucidação de crimes de morte, por exemplo, na pesquisa sobre drogas, nos exames de balística. São equipamentos caros e estamos tendo dificuldades não só para mantê-los como para adquirir novos.

Goiás Industrial - *O setor privado poderia contribuir fornecendo esses equipamentos, por exemplo?*

Irapuan Costa Júnior – Poderia e quero até propor isso ao presidente da Fieg. Outra coisa que propus foi levar até à Fieg a recém-criada Associação dos Amigos de Policiais, totalmente privada, para atender o policial em estado de necessidade e a sua família, atender a viúva do policial morto em confronto ou do bombeiro que se acidentou, do policial civil que foi objeto de um atentado. Coisas assim. Quem tiver a necessidade de um dinheiro pronto, sem a burocracia do Estado, vai encontrar nessa associação. Acredito que dentro de 30 dias estaremos novamente na Fieg para discutir alguma coisa nesse sentido. ♦



● **Empresas qualificadas:** depois de 96 horas de capacitação, indústrias adotam sistemas de boas práticas de produção e de prevenção de riscos

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Nova etapa do Procompi em Goiás qualifica 18 empresas do setor de alimentação e supera metas iniciais, com ganho médio de 30% em produtividade

Fotos: Alex Malheiros

Desenhada especificamente para o setor de alimentos, a mais recente etapa em Goiás do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), desenvolvido em parceria entre Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), superou seus objetivos. A meta inicialmente fixada para as 18 empresas participantes, descreve Karolline Fernandes Siqueira, coordenadora do Serviço de Tecnologia e Inovação do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas (IST), previa atingir no mínimo 75% de conformidade em relação a requisitos sanitários legais e aumentar a produtividade em 10%, com melhoria de produtos e de processos.

Ao final do programa, iniciado em outubro do ano passado e concluído em abril deste ano, com participação do Sindicato das Indústrias da Alimentação (Siaeg), mais de 150 empregados foram capacitados conforme noções gerais de Boas Práticas de Fabricação



● **Karolline Fernandes Siqueira:** falta de segurança e de qualidade pode acrescentar 5% a 10% nos custos finais das empresas

(BPF), representando 100% do total envolvido, e o sistema de BPF foi implantado em todas as empresas participantes, com base na plataforma Programa Alimento Seguro (PAS). Na média, a produtividade avançou

30% e os indicadores de conformidade foram ampliados em 94% das empresas. “Todo o trabalho foi direcionado para as necessidades e demandas de cada uma das 18 empresas envolvidas”, afirma Karolline, lembrando que a falta de segurança e de qualidade, segundo dados recentes, pode representar entre 5% e 10% dos custos totais de uma empresa. Além do BPF, cada uma das empresas participantes instalou o sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), um dos itens obrigatórios.

Pouco mais de 80% dos custos do programa, que envolveu 96 horas de consultoria com base na ferramenta do PAS, foram bancados pela Fieg e pelo Sebrae, com as empresas desembolsando em torno de R\$ 2,0 mil frente a um investimento total unitário de aproximadamente R\$ 11,0 mil. Como primeiro passo, os consultores a serviço do programa realizaram um diagnóstico completo da operação e dos indicadores de conformidade, que ajudou a desenhar um plano de ação de acordo com a realidade de cada empresa, detalha Karolline.

Na fase já de intervenção direta nas empresas, foram 56 horas de consultoria e treinamento em segurança de alimentos na prática e 28 horas em qualidade na fonte, quando foram identificados e solucionados desvios e gargalos na produção, com redução de desperdícios, refugos e do retrabalho e ainda melhoria na organização interna. De acordo com Karolline, pelo menos quatro empresas – Italiano Salgados, Mapila, Ervaria e Disquinho Alimentos – manifestaram interesse mais imediato em obter o Selo Alimento Confiável, conferido pelo Siaeg a indústrias que adotam boas práticas de produção e sistemas de prevenção de riscos, num projeto desenvolvido em conjunto com o Inmetro, vigilância sanitária e governo estadual.

Investimento estrutural

O Procompi ajudou a Biofórmula, empresa goiana fabricante de aditivos para nutrição animal, incluindo probióticos, prebióticos e enzimas, a aumentar a produtividade, reduzir custos e a melhorar seus processos internos nas áreas de produção e administrativa. As melhorias alcançadas, avalia Evando Alves Filgueiras, diretor-presidente da companhia, especialmente relacionadas a processos, poderão facilitar a estreia no mercado internacional.

Segundo Filgueiras, parceiros comerciais de oito países da América do

Sul estariam interessados nos produtos da empresa, atualmente submetidos a testes de validação no mercado uruguaio pelo Instituto Nacional de Investigação Animal (Inia). Criada há uma década, completada em abril deste ano, mas há oito anos no mercado, a Biofórmula aproximou-se do Sistema Fieg e do Sebrae por volta de 2015, em busca de cursos de capacitação. A empresa, da mesma forma, já vinha adequando a linha de produtos para exportação, numa preparação que contou com parceria do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Fieg. ►



● **Evando Alves Filgueiras:** empresa investe em misturador com capacidade 10 vezes maior e reduz de dois dias para duas horas tempo para envase de seus produtos



● **Nutrição animal:** aditivos contribuem para melhorar sanidade de rebanhos

PROCOMPI ALIMENTOS

Zootecnista por formação e mestre em nutrição animal pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Filgueiras afirma que a adesão ao Procompi Alimentos ocorreu em novembro do ano passado, com objetivo principal de modernizar a “parte estrutural” da companhia. “Apesar de produzir com qualidade, nosso fluxo algumas vezes não seguia o pretendido”, aponta ele. Ao longo do programa, concluído em abril deste ano, a empresa investiu aproximadamente R\$ 600,0 mil, a maior parte (R\$ 400,0 mil) na aquisição de novas máquinas e o restante na própria estrutura física da planta, instalada na saída para Goianira, às margens da GO-070. “Trocamos a linha de produção, com automação do processo de envase e instalação de um novo misturador com capacidade dez vezes maior, e agora estamos instalando um sistema de controle de riscos e de pontos críticos (APPCC)”, detalha Filgueiras.

Entre outros resultados diretamente relacionados ao Procompi, o executivo aponta a redução do tempo de envase dos produtos e dos custos de mão de obra. De acordo com ele, na fase anterior, a empresa consumia dois dias para envasar uma tonelada de produtos em embalagens de um quilo, prazo reduzido para apenas duas horas depois de implantado o programa. Atualmente, apenas dois funcionários cuidam de todo o processo, numa atividade anteriormente executada por cinco trabalhadores.

A indústria de ração é o principal cliente da Biofórmula, posição ocupada em Goiás pela Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo). Na área de pesquisa e desenvolvimento e validação de produtos e processos, a empresa mantém parcerias com as universidades federais de Viçosa e de Lavras, além da UFG, com a Universidade da Califórnia em Davis, Unesp de Botucatu e ainda com a fazenda da indústria Piracanjuba, em Bela Vista, por

meio do projeto Pró-Campo, tocado pela fabricante goiana de laticínios.

Na terceira semana de abril, a Biofórmula formalizou sua adesão ao programa de gestão da inovação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás). Com investimentos médios entre R\$ 250 mil e R\$ 300 mil por ano em pesquisa e desenvolvimento, sete bactérias registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a empresa detém tecnologia exclusiva de microencapsulação de seus produtos, o que aumenta a assertividade dos probióticos e prebióticos produzidos, aguarda a liberação do Mapa para colocar no mercado uma linha exclusiva para animais domésticos e a aprovação do Inova Goiás de um projeto de desenvolvimento de uma linha para bovinos de corte, que deverá exigir investimentos de pelo menos R\$ 300 mil.



● **Frederico Bruder Rassi:** “Conseguimos incrementar a higienização, reduzindo em quase 90% o índice de produtos com problemas em cada lote”



● **Na prateleira:** 95% das matérias-primas usadas pela Ervaria são produzidas na fazenda da própria empresa



Produção cresce 30%

No mercado há praticamente oito anos, a Ervaria Produtos Naturais e Aromaterápicos buscou no Procompi uma alternativa para padronizar e qualificar a produção de alimentos, iniciada em janeiro de 2016, segundo Frederico Bruder Rassi, dono da empresa. Instalada em Nerópolis, a indústria foi concluída em dezembro de 2015 e atualmente produz chás, sete sabores de geleias, temperos prontos, chutney e frutas desidratadas. No ano passado, lançou um mix de proteínas vegetais para veganos e vegetarianos, com uso de Ora por nobis (planta originária do continente americano, com nome científico de *Pereskia aculeata*, de alto teor de fibras e de proteína) e moringa (também conhecida como acácia branca), destinado a complementar a dieta de quem não come carne.

Em torno de 95% das matérias-primas são produzidas pela própria fazenda da empresa, localizada no complexo Santa Branca Ecoturismo. Conforme Rassi, a

área de plantio e a indústria são certificadas pela brasileira IBD Certificações, com sede em Botucatu (SP), e pela argentina Organização Internacional Agropecuária (OIA). A adesão ao Procompi, relata ele, foi resultado da “evolução natural” do relacionamento que já mantinha com o Senai Goiás e com o Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), onde frequentou uma série de cursos de capacitação em comércio exterior, nas áreas de formação de preços e de negociações internacionais, entre outras, além de participar de missões comerciais organizadas pelo centro.

O Procompi ajudou a Ervaria a organizar seu catálogo de produtos e a produzir segundo as melhores práticas recomendadas por organismos de regulação na área de alimentos. “Conseguimos treinar e capacitar todos os funcionários desde a lavoura”, acrescenta Rassi, que destaca como efeitos mais relevantes do programa o engajamento e a conscientização de todo o corpo de empregados em relação às exigências dos sistemas de boas práticas de produção e de prevenção e controle de riscos.

O desenvolvimento em ritmo acelerado de novas receitas, antes do Procompi, recorda-se o empresário, gerou uma série de desafios durante o processo de produção e também no armazenamento. “Com o programa, conseguimos incrementar a higienização dos alimentos e dos utensílios usados no processo produtivo, reduzindo em quase 90% o índice de produtos com problemas em cada lote”, afirma Rassi. Durante as consultorias e os cursos capacitação fornecidos pelo programa, a Ervaria investiu em novos aparelhos e adquiriu um freezer para atender a exigências da vigilância sanitária, além de alterar o leiaute da fábrica, o que permitiu aumento de quase 30% na produção total.

Rassi ressalta ainda a organização de toda a parte documental, o desenvolvimento de padrões operacionais e padronização de rotinas e processos como avanços trazidos pelo programa. A Ervaria iniciou o Procompi em outubro do ano passado e concluiu todas as fases do programa em janeiro deste ano, alcançando 85% de conformidade às normas do Programa Alimento Seguro (PAS) e de Boas Práticas de Fabricação (BPF). A empresa aguarda apenas um alvará da vigilância sanitária, aponta Rassi, para conseguir o Selo Alimento Confiável do Siaeg. ►



“PARTICIPAR DE PROJETOS DO PROCOMPI TRAZ MUITAS VANTAGENS ÀS MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS. ALÉM DA MELHORIA NA GESTÃO, O CONSEQUENTE AUMENTO DE SUA COMPETITIVIDADE TEM UMA RELAÇÃO DE CUSTO-BENEFÍCIO ALTAMENTE FAVORÁVEL.”

NELSON ANIBAL LESME ORÚE, coordenador técnico da Fieg e gestor do Procompi

Garantia de não contaminação

O empresário Marcelo Pinheiro de Lima Abreu começou a produzir malagueta no interior do Estado ainda em 1986, aos 16 anos de idade, realizando ainda a industrialização e a venda do molho da pimenta. Depois disso, comandou a Paddock Pneus e foi diretor da Renault, para retomar os estudos de uma nova indústria pimenteira em 2015, praticamente duas décadas depois de ter vendido toda sua produção, que já somava à época alguns milhares de pés.

A Mapila Alimentos, junção das iniciais de seu nome, foi fundada oficialmente em novembro de 2016, com planta instalada em Goiânia, no Parque Amazonas, onde produz molho e pó de pimenta, utilizando a própria malagueta e ainda as variedades habanero e jalapeño, ambas de origem mexicana. Desta vez, Lima Abreu assumiu uma diretoria na empresa, que tem o filho João Marcelo Batista Abreu como proprietário. “Nosso foco é ter um produto capaz de competir com as principais marcas internacionais do setor, acima de tudo sem conservantes, corantes e nem espessantes, sem química”, reforça o empresário.

No mercado há um ano e dois meses, completados em abril, a linha de produtos da Mapila está presente em 236 restaurantes de Goiânia e pode ser encontrado em “mais de 2,5 mil mesas de bares e restaurantes”, afirma Lima Abreu. Além de Goiás, a Mapila abastece o Distrito Federal e tem distribuidores posicionados em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, no Pará, Tocantins e na Bahia.

Em meados do ano passado, a empresa foi apresentada ao Procompi Alimentos por Elionai Rodrigues, agente de mercado do programa, a serviço do Senai, e em seguida recebeu a visita da consultora Geandra Fialho, também do Senai. A Mapila decidiu embarcar no programa para



● **Marcelo Pinheiro de Lima Abreu:** “Programas dão segurança de cumprimento de toda a legislação na área de sanidade e garantia de não contaminação em todo o processo”



● **Receita exclusiva:** Mapila pretende multiplicar sua produção em três vezes até o final do ano

implantação de sistemas de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). “Hoje, os programas instalados nos dão segurança de cumprimento de toda a legislação vigente na área de sanidade e garantia de não contaminação em todo o processo, com um produto final de alta qualidade”, assegura Lima Abreu.

A próxima etapa, diz ele, será buscar o selo Alimento Confiável, concedido pelo Siaeg. “Vamos usar o selo em todos os nossos rótulos e embalagens, o que dará maior visibilidade dos nossos produtos para os consumidores”, sugere o empresário, lembrando que, ainda na fase de diagnóstico da operação, primeira etapa do Procompi, foi constada 86% de conformidade em relação

O planejamento da Mapila, retoma Lima Abreu, prevê multiplicar sua produção por três até o final do ano, com abertura de novos mercados e modernização dos processos agregada pelo Procompi. Além do segmento de fast food (que inclui bares, restaurantes e lanchonetes), a empresa fornece para o pequeno varejo e começa as vendas para o setor de “atacarejo”. Na semana final de abril, fechou o primeiro pedido para atender ao mercado atacadista no Triângulo Mineiro e no interior de São Paulo. ◆

A circular inset image showing a woman with blonde hair tied back, wearing glasses and a blue patterned scarf over a grey patterned top. She is holding a microphone and gesturing with her left hand, appearing to be speaking at a conference.

Curso de Trading School Milho e Soja

 **educacional@safras.com.br**



   **safrasmercado**

ENXUTA E NA MODA

Contraponto completa 35 anos de mercado e espera voltar a crescer a um ritmo de dois dígitos neste ano, retomando o desempenho observado até 2015

A Contraponto enfrentou a hiperinflação dos anos 1980 e 1990, sobreviveu a sete planos econômicos, lidou com pelo menos cinco mudanças na moeda brasileira, gatilhos, tablitas, deflatores, atravessou a quebradeira do País no final da década de 1990, a crise nos primeiros anos da década seguinte e a recessão de 2014/2017. Nas últimas três décadas e meia, enquanto confecções tradicionais e de renome submergiram, a empresa trocou de mãos e conseguiu se impor no mercado goiano e fora do Estado.

A qualidade e a imagem positiva associadas à marca chamaram a atenção de um grupo de jovens empresários formado por Carlos Guilherme Marini Tahan, Bárbara Caiado e Antônio César Alcântara, que havia entrado ainda em 1996 para a empresa, como auxiliar de almoxarifado. Os sócios assumiram o controle da Contraponto em 2011. “Enxergamos ali uma oportunidade de negócio e fizemos o investimento na compra da marca”, afirma Tahan, acionista e diretor comercial da Contraponto, além de comandar a Multimídia Exterior e ser um dos organizadores da Festa da Fantasia.

A empresa surgiu em agosto de 1983, criada por quatro estilistas que já atuavam no segmento de moda e vestuário, e chegou

Alex Malheiros



● **Carlos Guilherme Marini Tahan:** “Planejamos migrar para o regime de representação nos próximos três anos no segmento de moda masculina”

a empregar 920 pessoas no começo dos anos 1990, quando o conceito de terceirização no segmento de confecções ainda não era tão difundido. A Contraponto mantinha duas fábricas então, uma Anápolis e outra em Goiânia, tinha lojas próprias e estava presente em mais de 500 pontos de venda multimarcas no País.

Na década seguinte, com a abertura do mercado e a globalização, a empresa passou a terceirizar praticamente 80% de sua produção, enxugou seus quadros e reduziu custos, mas preservou investimentos em pesquisa, criação e modelagem, o que contribuiu para dar fôlego à marca. Ainda hoje investe anualmente em média 5% do faturamento total em pesquisa, marketing e design.

Atualmente, a empresa mantém uma planta industrial em Goiânia, respondendo pela confecção de peças pilotos e de estilo, além de programar as modelagens e definir os tipos de tecidos para cada coleção,

empregando diretamente em torno de 20 pessoas. A confecção das roupas, que inclui toda a linha de moda feminina e masculina, é quase toda terceirizada em sistema de “private label”, sempre carregando a marca Contraponto.

A partir de 2011, relata Tahan, a empresa passou por uma reestruturação, com reformulação e readequação da marca, que deixou o varejo para se dedicar exclusivamente ao mercado atacadista, fornecendo para lojistas de praticamente todo o País em sistema de pronta entrega. “Planejamos migrar para o regime de representação nos próximos três anos no segmento de moda masculina, incluído camisetas, bermudas, calças, bonés, camisas polo, jeans, meias e cuecas”, adianta o empresário.

Neste ano, com a melhoria relativa no mercado e investimentos em diversificação de produtos, Tahan espera que o crescimento retome os 20% verificados antes da crise. ♦

O DOBRO DUAS VEZES

Empresa goiana do setor de produtos de panificação congelados, BF Foods investe em maquinário e caminhões e vai dobrar sua capacidade pela segunda vez neste ano

A BF Foods, maior fabricante goiana de pães, quitandas e salgados congelados, dobrou de tamanho neste começo de 2018 e já investe para multiplicar sua capacidade novamente em duas vezes a partir do terceiro trimestre deste ano. A empresa, destaca seu diretor e proprietário Kenny de Souza Cavalcanti, investiu entre R\$ 2,0 milhões e R\$ 2,5 milhões na climatização de toda a fábrica, em Goiânia, na instalação de equipamentos automáticos e semiautomáticos e ainda na aquisição

de mais dois caminhões Ford Cargo 416, que tiveram o financiamento aprovado recentemente.

O segundo lote de equipamentos, relata Cavalcanti, foi entregue entre o final do ano passado e janeiro deste ano, permitindo à empresa dobrar sua capacidade de fabricação de produtos panificados congelados para 600 a 650 toneladas por mês. A frota própria crescerá para dez caminhões (cinco da linha Cargo e mais cinco HR, da Hyundai), além de cinco furgões Fiorino, da Fiat. Com a abertura de um terceiro turno em janeiro, a BF está preparada para produzir até 700 toneladas mensais, capacidade que deverá crescer para algo entre 1,2 mil a 1,4 mil toneladas provavelmente a partir de setembro.

Mal concluído o projeto de expansão anterior, a empresa já contratou uma “nova leva de investimento” ainda para este ano, adianta Cavalcanti. Desta vez, ele

estima que deverá desembolsar entre R\$ 1,5 milhão a R\$ 2,0 milhões na expansão da área de congelamento, prevista para ser iniciada em maio e concluída em setembro, e na instalação de uma subestação com potência para 500 quilovoltampères (kVA), que vai substituir a atual de 225 kVA. Segundo ele, a empresa estará operando, até lá, muito próxima de sua capacidade atual, mesmo com a criação da equipe noturna, o que exigiu novas contratações. Até o ano passado, o quadro de pessoal registrava em torno de uma centena de funcionários, número elevado atualmente para 170 e que deverá chegar a 200 empregados no final deste ano.

A lista de produtos processados pela BF Foods, sob as marcas Bonaboca e Sabor de Goyaz, inclui pão francês, baguete, pão e biscoito de queijo, chipa, broa, biscoito suíço, além de uma linha completa de salgados, e cobre, atualmente, entre 70% e 80% do mix de uma panificadora. A linha de pães de massa doce foi lançada no final de 2017, com a inclusão do pão mandi no portfólio, e será completada em julho com o lançamento de pão careca, brioches, rosca e pão de milho.

Há uma década no mercado, a BF Foods inicialmente produzia sorvetes e há cinco anos passou a direcionar a produção para a linha de panificados congelados, encerrando a linha de sorvetes no final de 2015. As vendas têm crescido em torno de 5% ao mês e Cavalcanti vê espaço para novos avanços. Segundo ele, estudo da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip) projeta que praticamente 90% da produção de panificados estarão concentrados em congelados até 2023. “Em São Paulo, essa relação já é de 50% e, em Goiás, está em torno de 20%”, afirma. ♦



● Kenny Cavalcanti, dono da BF Foods, André Luiz Barcelos, do Sintpão, e Luiz Gonzaga de Almeida, do Sindipão

INSEGURANÇA COM NOVA LEI



Lacunas e pontos de interrogação na aplicação das regras que passaram a orientar as **relações de trabalho e os processos trabalhistas** desde novembro

Em vigor desde 11 de novembro do ano passado, a Lei 13.467, que alterou mais de uma centena de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), continua gerando preocupação e incertezas nos meios jurídicos. Diferentemente do que se antecipava durante a fase de debates sobre a reforma trabalhista,

permanece um clima de insegurança jurídica, atribuída pela presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho (IGDT), Carla Zannini, ao açodamento na aprovação da nova lei. Na pressa para mudar a legislação, a reforma deixou “lacunas e pontos de interrogação”, diz ela.

Carla e o ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), participaram, no dia 18 de maio, do seminário Impactos da Reforma Trabalhista para Empregadores, realizado pela Fieg na Casa da Indústria. Entre outros debates, as palestras abordaram questões relacionadas a rescisões contratuais, acordos coletivos e individuais e os novos contratos de trabalho e suas implicações.

“A preocupação maior nem é com a questão material da relação entre empresas e empregados, mas com o aspecto processual”, retoma Carla. As dúvidas e ainda a adoção da sucumbência, que passou a valer para as duas partes numa ação trabalhista, na visão da especialista, estariam entre as causas para a redução no número de processos na Justiça do Trabalho, estimada por ela em quase 50% desde a edição da lei.

Além desses pontos, Carla lembra que há divergências entre os próprios magistrados. “Alguns entendem que as novas regras se aplicam apenas aos processos que deram entrada

depois da Lei 13.467. Mas outros acham que as mudanças devem valer para todos os processos, mesmo para os que tenham começado a tramitar antes da vigência da lei”, detalha Carla.

A presidente do IGDT levanta outra questão que, igualmente, tem sido motivo para preocupação. Segundo ela, “criou-se o mito segundo o qual a reforma veio para favorecer o empregador e muitas empresas têm deixado correr solto, deixando de dar a atenção devida a obrigações que continuam em vigor, porque não haverá mais tanta ação trabalhista”.

Para Carla, essa é uma visão equivocada e que pode gerar transtornos sérios. “O empregador continua tendo de manter a mesma cautela de antes”, prossegue ela, lembrando a necessidade de guarda de documentos como cartão de ponto, registros de férias e contratos, observação de normas de higiene, saúde e segurança no trabalho, assim como prevenção de riscos ambientais. “A lei reconheceu situações de fato, por exemplo, ao regular o fracionamento das férias. Mas o direito a férias continua em vigor”, ressalta. Assim como está vigente a necessidade de exames médicos periódicos, na admissão de funcionários, em seu retorno das férias, nos casos de mudança de função dentro da empresa e também no momento da demissão.

Carla recomenda cautela, até porque “muitos pontos ainda vão ter de ser construídos”. A extinção da Medida Provisória 808 deixou muitos desses pontos sem uma definição adequada. Em outro exemplo, cita a especialista, os trechos da lei que tratam de trabalho intermitente, destinados a regular a atividade de freelancer, não definem quantas horas, dias ou meses de ocupação configuraram um trabalho como intermitente. ♦



Alex Malheiros

● **Carla Zannini e Douglas Alencar, em seminário na Fieg: caminho para relação de parceria entre trabalhadores e empresários, superando o modelo que preconiza o conflito**



● **Ismael Carlos Rodrigues**, aluno de química industrial, integra primeira turma de contratados pela Can-Pack e atua na área de qualidade

MÃO DE OBRA (QUASE) 100% SENAI

A polonesa **Can-Pack** turbinou fabricação de latas para bebidas da nova unidade no Brasil, em Itumbiara, cujo quadro de colaboradores é formado em 90% por ex-alunos do **Senai Goiás**

Andelaide Oliveira,
de Itumbiara (GO)
Fotos: Edmar Wellington

Com 200 funcionários em sua planta industrial de Itumbiara, no Sul do Estado, inaugurada em abril, a polonesa Can-Pack, especializada na fabricação de embalagens de alumínio, apostou alto na qualificação da mão de obra pelo Senai. A quase totalidade (90% do quadro) é formada de ex-alunos, sobretudo de nível médio, da Escola Senai Itumbiara, uma das principais da instituição em Goiás. “Tivemos um dos melhores inícios de produção da empresa no mundo, superando as expectativas, e esse resultado se deve à capacitação técnica dos profissionais formados pelo Senai. Estamos extremamente satisfeitos”, diz o gerente de

Planta da Can-Pack em Itumbiara, Selísio Freire, explicando que o processo produtivo da empresa envolve tecnologias que necessitam de profissionais altamente qualificados para a operacionalização.

Ele atribui o bom desempenho dos colaboradores às oficinas da Escola Senai, onde são realizadas as aulas práticas. “Fiquei impressionado com a estrutura da unidade. É excelente, principalmente nas áreas de automação, mecânica, química e ambiental. A instituição tem esse diferencial de aliar teoria à prática e, por isso, é um parceiro muito importante para a empresa”, observa.

Fabricante de embalagens de alumínio, ►

com unidades em 11 países, uma joint venture nas Filipinas e produção de outras embalagens em mais cinco países, a Can-Pack iniciou no final do ano passado a operação na planta industrial de Itumbiara, a terceira no Brasil, aportando investimento de aproximadamente R\$ 440,0 milhões. A previsão é atingir a capacidade máxima da planta até o final deste ano, segundo Paulo Dias, CEO e diretor executivo da Can-Pack Brasil, havia antecipado à Goiás Industrial, em reportagem na edição de abril. A escolha de Itumbiara está relacionada principalmente ao rápido crescimento apresentado pela região, conforme Dias, e ao “fácil acesso a diversas fábricas dos principais clientes”. Itumbiara é o sexto município goiano mais competitivo no ranking da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan) e um dos principais polos industriais de Goiás.

Os principais mercados da nova fábrica do grupo serão os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso

do Sul, além do Distrito Federal. Em casos mais específicos, “relacionados ao tamanho das latas e outras inovações”, sublinha o executivo, será possível alcançar “partes de São Paulo e do Paraná”.

Empregabilidade

Ex-aluno do curso técnico em química industrial da Escola Senai Itumbiara, Ismael Carlos Rodrigues, de 26 anos, faz parte da primeira turma de funcionários contratados pela Can-Pack, onde atua na área de qualidade desde junho do ano passado. Ele conta que a formação obtida no Senai foi fundamental para conquistar uma vaga na empresa. “A instituição abre as portas do competitivo mercado de trabalho porque tem um corpo docente de alto nível e laboratórios muito bem equipados, de acordo com a realidade das indústrias. Isso contribuiu para executar bem as minhas funções na empresa.”

Marciel Rodrigues, de 24 anos, ingres-



“Tivemos um dos melhores inícios de produção da empresa no mundo, superando as expectativas, e esse resultado se deve à capacitação técnica dos profissionais formados pelo Senai. Estamos extremamente satisfeitos”

SÉLSIO FREIRE, gerente da Planta da Can-Pack em Itumbiara



● **Marciel Rodrigues**, que fez curso de usinagem e técnico em eletromecânica, trabalha na área de produção



● **Planta industrial da Can-Pack em Itumbiara, uma das mais modernas da gigante polonesa no mundo**

sou no mercado de trabalho como menor aprendiz aos 17 anos, quando ainda fazia o curso de usinagem no Senai Itumbiara, e desde então nunca ficou desempregado. Em 2015, concluiu o curso técnico em eletromecânica e trabalhou em outras indústrias até ser contratado pela Can-Pack, onde atua na área de produção há quase um ano. “O Senai oferece oportunidades de crescimento profissional, de ter uma carreira e ser bem-sucedido”, pontua.

A Can-Pack também mantém parceria com o Senai Itumbiara na formação de

juvens aprendizes. Aluna do curso de mecânica industrial, Maria Aparecida Alves, de 19 anos, integra a turma de nove aprendizes que atuam nas áreas de manutenção e produção na indústria. “O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, a aprendizagem é uma oportunidade de ter formação de alto nível e acesso rápido ao emprego. A experiência tem sido ótima. A empresa é muito organizada e acolhedora, todos são acessíveis”, diz.

UNIDADE DE ITUMBIARA INTEGRA COMPLEXO GLOBAL EM EXPANSÃO

Há mais de 25 anos no mercado de embalagens metálicas para bebidas, a Can-Pack é uma das líderes do setor na Europa e vem ampliando sua posição em diversos países da Ásia, do Oriente Médio e América do Sul. A empresa iniciou seus investimentos no Brasil em 2016, com a compra da Companhia Metalic Nordeste, indústria de latas de aço, localizada em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza (CE), onde também está instalada sua fábrica de tampas.

A planta de Itumbiara abriga duas linhas de produção de latas de alumínio para bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes. A unidade ocupa área total de 120 mil m², com processo de fabricação totalmente automatizado em modernos equipamentos. Para 2018, a previsão é de consolidação das operações e aumento da produtividade.

Além da localização estratégica, os benefícios fiscais concedidos pelo Estado, segundo o gerente da Planta, Selísio Freire, foram atrativos para instalação da nova fábrica da Can-Pack em Goiás. “A presença dos principais clientes da empresa na região também foram determinantes para a escolha”, acrescenta. ♦



● **Rio Araguaia, em Aruanã:**
descanso sob por do sol encantador
ou agito em práticas esportivas

SESI ARUANÃ, PRAIA DO TRABALHADOR DA INDÚSTRIA

Tradicionais excursões de empresas levam funcionários ao Rio Araguaia, onde unidade do Sesi destaca-se como um dos melhores complexos hoteleiros da região; alta temporada vai de julho a setembro

Daniela Ribeiro

Praia dos goianos, Aruanã – nome de peixe e de dança indígena –, às margens do Rio Araguaia e a 320 km de Goiânia, é destino turístico de muita gente, de todo o País, especialmente durante a alta temporada, de julho a setembro, quando recebe mais de 300 mil turistas em busca de pesca, descanso e contato com a natureza. Boa parte dos visitantes é formada por trabalhadores da indústria goiana e familiares, que usufruem da completa estrutura do Sesi Aruanã, um dos melhores complexos hoteleiros da região.

Uma estratégia usada por empresas que investem no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida de seus empregados é a velha e boa excursão, que adicionalmente promove maior interação entre os participan-

tes. Entre elas, estão as indústrias de móveis Finart e Imol, de Goiânia; Fest Food Gyn e Indústria de Doces Real, além do Sindicato dos Trabalhadores em Calçados.

A Granol, indústria de alimentos instalada em Anápolis, há mais de 20 anos “bate ponto” no Sesi Aruanã. Uma vez ao ano, em agosto ou setembro, cerca de 40 trabalhadores da empresa ficam hospedados na unidade. Uma série de atividades é programada para que eles possam aproveitar ao máximo as instalações do complexo turístico. A analista de qualidade de vida da empresa, Aledity Fonseca, explica que as excursões realizadas anualmente trazem motivação. “É uma forte ferramenta de incentivo, pois oferece a possibilidade de os colaboradores viverem experiência única



Fotos: Sílvia Quirino



e diferente com seus familiares e colegas. É como recarregar as baterias para manter a mente relaxada e enxergar a rotina sob nova perspectiva.”

Há 22 anos, o comprador da Granol Wander de Jesus da Silva participa das excursões organizadas pela indústria e espera com ansiedade a próxima edição. Para ele, além de lazer e descanso, as idas ao Sesi Aruanã servem para conhecer melhor os colegas de empresa. “Cruzamos com algumas pessoas e damos apenas bom dia. Na viagem, convivemos melhor e nos tornamos amigos dentro e fora da empresa. Passamos a ter mais intimidade e isso facilita o dia a dia de trabalho”, frisa.

DA FORMATURA DIRETO PARA ARUANÃ

O encarregado de Almoxarifado da Granol, João Bonfim, coleciona histórias engraçadas relacionadas às excursões realizadas ao Sesi Aruanã. Em uma delas, ele saiu da formatura do curso de Segurança Patrimonial e foi direto para Aruanã. “Nem fiquei na festa. Cheguei lá de terno e todo

mundo ficou rindo de mim. Sou apaixonado por aquele lugar. Só deixei de ir um ano, pois tinha um casamento. Minha esposa gosta tanto que deixou de falar comigo por alguns dias. Se eu deixar de ir dá briga lá em casa”, brinca.



● Wander de Jesus da Silva, comprador da Granol, participa há 22 anos de excursões organizadas pela indústria ao Araguaia: expectativa pela próxima edição



Fotos: Alex Malheiros

● João Bonfim, da Granol, coleciona histórias engraçadas de viagens ao Sesi Aruanã



● Sesi Aruanã, um dos melhores complexos turísticos da região, oferece estrutura ampla de lazer às margens do Rio Araguaia

Estrutura completa para receber trabalhadores

O Sesi Aruanã destaca-se como um dos melhores complexos hoteleiros da região. O trabalhador da indústria, seus dependentes e a comunidade podem desfrutar de uma completa estrutura aquática, com três piscinas – uma reservada para crianças, uma recreativa e outra com toboágua. A unidade também oferece área de camping, com capacidade para 100 pessoas e estrutura necessária para uma boa diversão.

A unidade conta com um auditório de eventos, totalmente reestruturado e climatizado, com capacidade para 150 pessoas. O ambiente possui moderna instalação, com equipamentos de áudio e vídeo. Um local ideal para a realização de palestras, seminários, treinamentos, cursos e congressos, com apoio de refeições e coffee break.

O Sesi Aruanã coloca à disposição de seus hóspedes um serviço terceirizado de passeio de barcos, com 45 minutos de duração, mostrando as belezas do Araguaia. Para quem aprecia a pesca, o Sesi proporciona serviço terceirizado com guias especializados, conhecidos como pirangueiros. O serviço é completo e inclui desde aluguel de barcos, tralhas de pesca e pilotos das embarcações. Há também passeios de banana boat pelo Rio Araguaia.

Com área de camping com capacidade para 100 pessoas, a unidade recebe turistas o ano todo – em 2017, foram mais de 8 mil hóspedes. Os campistas podem utilizar a área de lazer da unidade e seus equipamentos, como sala de ginástica, salão de jogos com TV com canais por assinatura, sinuca, pebolim, tênis de mesa, lanchonete, três piscinas, playground infantil e bicicletas para passeios na cidade. Além disso, a área de camping dispõe de banheiros com água aquecida. ♦

COMO CHEGAR

Goiânia X Aruanã
(aprox. 320 km)
via GO-070

Brasília X Aruanã
(aprox. 490 km)
via BR-060

Mato Grosso X Aruanã
(aprox. 420 km)

Belo Horizonte X Aruanã
(aprox. 1.170 km)
via BR-040 (pedágios)

São Paulo X Aruanã
(aprox. 1.240 km)
via BR-050 (pedágios)



Ilustração: Jorge Del Bianco



SESI ARUANÃ

Central de Reservas:

Goiânia (62) 3216-0448 / 3216-0449

Anápolis Sesi Jaiara (62) 3333-7900



A OPORTUNIDADE VAI AONDE O JOVEM ESTÁ

Iniciativa itinerante, em locais estratégicos, IEL em Ação leva estágio, emprego e aprendizagem a estudantes à procura de conhecimento e prática

Célia Oliveira

Fotos: Alex Malheiros e Célia Oliveira

Depois de seis meses saindo cedo de casa, batendo de porta em porta à procura de um emprego e dividindo as horas dessa verdadeira maratona com a faculdade de Ciências Contábeis, Tarso Alberto enfim ficou mais perto de concretizar o sonho de ingressar no mercado de trabalho. O estudante de 28 anos participou do IEL em Ação, iniciativa itinerante do Instituto Euvaldo Lodi realizada em locais estratégicos de Goiânia, e saiu encaminhado para duas vagas – uma de estágio, outra de emprego. “No IEL em Ação, uma nova perspectiva de futuro se abriu. Vejo novos sonhos depois das dificuldades em enfrentar o mercado de trabalho”, diz confiante.



● Com duas cartas de encaminhamento durante o IEL em Ação, Tarso Alberto, estudante de Ciências Contábeis, vislumbra novos ares e desafios para a carreira

Ao aproximar-se dos jovens, o IEL em Ação torna mais fácil e ágil o acesso a vagas de estágio e emprego disponíveis pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), além de cadastro de aprendizagem, reduzindo ansiedades e proporcionando capacitação. “Nosso objetivo é possibilitar que o estudante e profissionais em início de carreira cheguem às empresas mais rapidamente para atuarem em ambiente real de produtividade, facilitando sua adaptação em requisitos solicitados atualmente pelo mundo do trabalho”, explica a gerente de Desenvolvimento Profissional do IEL Goiás, Tarciana Nascimento.

Estudante de Engenharia Civil, Elisângela Macedo é outro exemplo de superação por ►

MERCADO DE TRABALHO

meio do IEL em Ação, de onde saiu encaminhada para seu primeiro estágio, depois de oito meses de tentativas. Quando tomou conhecimento do evento, não pensou duas vezes. “Vim buscar por estágio, pois até o momento não atuei na minha área”. Aos 35 anos, Elisângela nutre a expectativa de todo estudante que necessita trabalhar – conhecer e exercer o curso na prática.

Aos 21 anos e cursando Direito, Giovanna Otilles igualmente foi encaminhada para experiência do estágio. “Eu preciso passar pela prática e garantir mais conhecimento na área jurídica. Gostei de tudo”, observa.

Prática e bolsa

Com 20 anos, Yuri Gonçalves parte para o segundo estágio, com auxílio do IEL. “Já fui estagiário pelo instituto e aqui no IEL em Ação busco mais uma oportunidade”. Acadêmico de Educação Física, ele considera o estágio e as informações das vagas muito interessantes ao desenvolvimento profissional.

Depois de tomar conhecimento do evento pelas redes sociais, Yuri dispensou sem medo algumas horas do sábado para garantir mais uma experiência prática em sua área de formação, que procurava desde o começo do ano, e mantinha a expectativa de alcançar, também, a bolsa-auxílio concedida pela empresa ofertante do estágio.

Com a carta de encaminhamento em mãos, ele julga a iniciativa facilitadora para o estudante que precisa de apoio e pouco sabe acerca da atual realidade do mercado de trabalho.

Incentivada por amigos que estão em campo prático de estágio, a futura pedagoga Camila Araújo comemorou o encaminhamento para duas empresas, considerando mais fácil o acesso às oportunidades por meio do IEL em Ação. “Estar aqui significa muito pra mim, aqui encontrei tudo – bom atendimento, conforto e uma estrutura de informática que muitos não têm em casa.” Segundo a jovem, o serviço também esclareceu muitas dúvidas sobre estágio e acesso às empresas, reduzindo obstáculos para o início do estágio e da carreira. “Conversar pessoalmente é valioso para conseguir ajuda e dicas que garantem nossa inclusão, efetuar e atualizar o cadastro.”

De todas as idades, os jovens vão ao IEL em Ação para serem beneficiados pelos serviços prestados quanto a uma melhor e mais ampla formação. “Eles querem informação, orientação e dicas voltadas à carreira e empregabilidade”, ressalta a gerente Tarciana Nascimento.

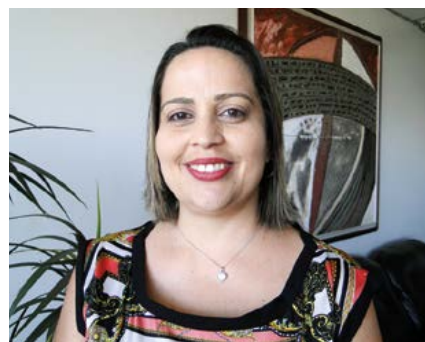
De acordo com ela, o IEL em Ação, ao percorrer locais estratégicos, em fins de semana, reveste-se de caráter social e vai ao encontro do público em regiões de grande crescimento da capital, a exemplo

do Setor Capuava, onde foi realizado o último evento. “Nossos parceiros igualmente mantêm o pensamento de agir em prol da juventude e incorporam suas forças no projeto”, acrescenta.

Em quatro edições já realizadas, o projeto atingiu mais de 5 mil estudantes e profissionais que dedicam o final de semana pelo conhecimento e pela possibilidade de ocupar uma vaga, de encerrar uma busca.

“Vou feliz com a carta de apresentação e isso gera para mim mais conhecimento e ajuda financeira para os estudos”

YURI GONÇALVES, acadêmico de Educação Física



● **“Eles querem informação, orientação e dicas voltadas à carreira e empregabilidade.” Tarciana Nascimento**, gerente de Desenvolvimento Profissional do IEL Goiás, sobre o público-alvo da iniciativa itinerante do instituto



● O IEL em Ação cria um espaço, por meio de parcerias, para a integração do capital humano ao mercado de trabalho

E a seleção?

Além da oportunidade de efetuar cadastro, sair encaminhado a processos seletivos e obter informações sobre outros serviços gratuitos à comunidade jovem, o IEL em Ação promove palestras orientadoras sobre construção de um currículo eficaz e construção de carreira.

“As soluções do projeto propiciam um espaço para a integração do capital humano ao mercado de trabalho, gerando um momento de capacitação com palestras e sessões práticas de entrevista de seleção”, esclarece a gerente de Desenvolvimento Profissional do IEL, Tarciana Nascimento.

Estudante do ensino médio, Lauani Costa considerou as palestras esclarecedoras. “Me trouxeram informações que levarei para o resto da carreira.” Para ela, o ponto mais chamativo foi conhecer como é a redação do currículo. “Tinha dúvidas do que colocar adequando minhas experiências com a prática.”

Mesma opinião tem a estudante Gabriela Carvalho, que ao participar da palestra foi sorteada para passar pela sessão prática de entrevista de seleção. Segundo ela, a palestra a ajudou a entender o que é

um processo seletivo, enquanto a sessão esclareceu dúvidas de como se comportar, o que falar. “Recebi muitas dicas e lições para me ajudar a sair bem na hora da entrevista. Agora consigo perceber onde devo me atentar para ser aprovada numa seleção na empresa.”

“Foi uma orientação proveitosa para quem espera uma boa colocação no mercado”

GABRIELA CARVALHO, estudante, sobre palestra e sessão de entrevista



O IEL EM AÇÃO

Seu fundamento:

- ▶ A proposta do IEL Goiás nasceu a partir dos resultados de pesquisa realizada no final de 2016, quando estudantes, ao responder às questões sobre mercado de trabalho, expuseram suas maiores preocupações e inseguranças. Da amostra de 280 entrevistados, 41% deles apontaram dúvidas em relação à inserção no mercado de trabalho, sendo os principais pontos o currículo (44%), temor do momento da entrevista de seleção (30%), e carência por informações técnicas (23%).

Objetivo:

- ▶ Propiciar um espaço, por meio de parceria, para a integração do capital humano ao mercado de trabalho, com oferta de vagas de estágio, emprego e cadastro para aprendizagem, disponibilizando, assim, um momento de capacitação com palestras e informações que reduzam a insegurança das pessoas que buscam uma inserção do mercado de trabalho.



Números:

- ▶ 4 edições realizadas
- ▶ Mais de 5 mil atendidos
- ▶ Participação gratuita
- ▶ Parceiros: Sine Goiânia, Portal Shopping, Portal Sul Shopping, Buriti Shopping

Participação:

- ▶ Podem se candidatar ao estágio estudantes do ensino médio, técnico, tecnológico e de graduação, a partir dos 16 anos. Já para aprendizagem, o jovem de 14 a 24 anos, cursando ou concluinte do ensino fundamental ou médio e que não tenha ingressado no ensino superior. ◆

● M.POLLO COM CRISTAIS DA SWAROVSKI - Os empresários

Marco Aurélio Martins de Araújo e Paulo Lobo de Araújo Júnior, diretores da M.Pollo – vertente do grupo MPL, de Aparecida de Goiânia –, lançam na loja conceito do Flamboyant Shopping Center, em Goiânia, a coleção cápsula para o Dia dos Namorados, desenvolvida com cristais da empresa austríaca Swarovski, em edição limitada. São duas peças, uma camisa manga longa e uma polo com o Besouro, logo da marca, preenchido por pedras grafite opaco. Para valorizar o transfer de cristais, a camisa e a polo foram pensadas em tecidos lisos de alta qualidade. A modelagem acompanha a proposta sequinha. A camisa manga longa confeccionada em tricoline com elastano tem design super slim. A polo, em piquet – algodão com elastano –, também está mais ajustada. As duas referências podem ser encontradas nas cores branco, preto, marinho e vermelho, nos tamanhos que vão do P ao EG.



Cristiano Borges



● **QUALIFICAÇÃO DE PCDS** - Em aula inaugural, dia 17 de maio, Daniel Amaral, diretor administrativo financeiro da concessionária de rodovias Triunfo Concebra, entrega kit escolar a um dos participantes do curso de assistente administrativo para pessoas com deficiência, desenvolvido em parceria pela Faculdade Senai Fatesg, em Goiânia. A iniciativa faz parte do Programa Triunfar, projeto social da Triunfo Concebra destinado à formação profissional gratuita de pessoas com deficiência, visando facilitar acesso ao mercado de trabalho.



Fotos: Alex Malheiros



● **HORA DO CANUDO** - O presidente da Enel (antiga Celg), Abel Rochinha, entrega aos irmãos Marcos Vinícius e Lucas Alves do Prado certificados de conclusão do curso de eletricista de baixa tensão, desenvolvido gratuitamente, em parceria da empresa e a Faculdade Senai Ítalo Bologna. A iniciativa integra o programa Enel Compartilha Oportunidade, destinado à formação de profissionais para atender demanda das terceirizadas da empresa. O projeto conta também com participação da Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI). Os concluintes são filhos de José Carlos do Prado (Zezinho), jardineiro e "faz tudo", que trabalha há 31 anos na Casa da Indústria.

● **HONRARIA** - Em sessão especial da Assembleia Legislativa, Sônia Rezende, funcionária mais antiga do Senai Goiás (43 anos), atual gerente financeira do Sistema Fieg; e Luiz Carlos Ribeiro, funcionário mais antigo do Sesi (41 anos), hoje analista de apoio da Gerência de Material e Patrimônio, recebem a Medalha Pedro Ludovico Teixeira. Trata-se da maior honraria do Poder Legislativo goiano, concedida a pessoas que contribuíram ou ainda contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do Estado de Goiás. Por iniciativa do deputado Luis Cesar Bueno, ex-aluno do Senai, a Casa também prestou homenagem à Faculdade Senai Ítalo Bologna e ao Sesi Clube Ferreira Pacheco na passagem de 50 anos de atuação.

Fotos: Alex Malheiros



● **70 ANOS** - Na comemoração de seu 70º aniversário, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e Suely Paranaíba curtem momento com os netos Antônio e Catarina. A festa, na Casa da Indústria, reuniu empresários, lideranças sindicais, políticos e funcionários do Sistema Fieg.



Eloy Pinheiro



● **COM O REI** - O empresário Guilherme Pinheiro de Lima, da GPL Incorporadora, e a esposa Adriana Caetano foram anfitriões do cantor Roberto Carlos, em sua recente passagem por Goiânia, durante evento no estande do Horizonte Flamboyant, no Jardim Goiás, empreendimento em parceria com a Emoções Incorporadora, que pertence ao rei. Transformado em camarote, o apartamento decorado da obra foi palco de coquetel badalado que recebeu cerca de 200 convidados vips.



● **DE CABO VERDE** - Vencedora da campanha publicitária "Refreskant é o sabor que te leva para o Brasil", uma família de Cabo Verde visita a fábrica da GSA, em Aparecida de Goiânia, indústria goiana que tem forte mercado no país africano. Além da empresa, onde foram recebidos pelo empresário Sandro Marques Scodro (esquerda) e diretores, Nadine Fontes, Edmir Augusto e os filhos Marco Augusto e Mauro Edmir conheceram praias em Fortaleza (CE).

Frederico Augusto



● **ROTA 44** - A marca KFitness, confecção de Katia Fernandes Guimarães com showroom na região da Rua 44, em Goiânia, caiu no gosto de atletas e adeptos da malhação de Goiás, de outros Estados e até do exterior. Além da modelagem das roupas, que tem como diferencial o push up – efeito ‘empina bumbum’ –, a empresária (na foto com o marido, Antonio Nuri de Assis Dirane) acredita que o sucesso se deve aos investimentos em tecidos de primeira linha.



● **MASTER CHEF** - A empresária Luciana Dutra, da Spice Cook, comemora aniversário, em Paris (foto), e a estreia de sua indústria de temperos como parceira no Desafio do Chef, do programa Master Chef, da TV Bandeirantes. A gravação recente em Goiânia contou com participação da dupla Kleber e Cauã e vai expor para telespectadores produtos da marca goiana, que utiliza pimentas cardamomo e condimentos com pequi fabricados em suas duas fábricas, em Aparecida e Terezópolis.



● **HOSPITALAR** - Uma indústria de móveis que surgiu para atender pessoas com necessidades especiais e hoje fabrica equipamentos com registro na Anvisa, vendidos em todo o Brasil. A trajetória da Móveis Andrade, indústria de móveis hospitalares, fundada em 2002 pelos sócios Vicente e Pedro Andrade, é marcada por reconhecimento e qualidade. Do parque industrial, em sede própria no Setor Garavelo, saem camas para obesos e linhas infantis, mesas cirúrgicas e poltronas. Os processos de produção, gerenciados por equipe multidisciplinar, rendem uma produção de primeira linha reconhecida e convites para participação de feiras no Brasil e no exterior, a exemplo da última edição da Feira Hospitalar 2018, realizada em São Paulo, de 22 a 25 de maio.



● **COUNTRY** - Lançada na Couro Moda, no início do ano, a linha Destroyer, da Goyazes, indústria de moda country de Flávio Ferrari, em Goianira, fez sucesso na Pecuária de Goiânia, onde o empresário espalhou pelo parque da Nova Vila botas de resinas de três metros de altura. A coleção inclui bolsas, botas femininas e masculinas em acabamentos e couros exóticos.

● **NATURAL** - A empresária Tays Eiko Marin Hashimoto marcou, no início de maio, o primeiro ano de indústria Nagô, de sucos naturais, com lançamento de mais um produto, agora de uva. A vedete ainda é o suco de laranja, primeiro da marca, feito com matéria-prima retirada de propriedades ecologicamente corretas em Bela Vista de Goiás e Hidrolândia.



SINDQUÍMICA

FRAGRÂNCIAS E AROMAS

O Sindquímica realizou em março o workshop Experience The New Freshness, em parceria com a FAV105 Fragrances, distribuidora exclusiva da suíça Firmenich, maior empresa privada do setor de fragrâncias e aromas. Conforme o presidente do sindicato, Jair José de Alcântara (na foto com o diretor presidente da FAV105, Luiz Paulo Volpe), foram apresentadas as principais tendências e inovações do ramo nos mercados interno e externo. Participaram do evento representantes de empresas de cosméticos e de saneantes.



Alex Malheiros

EXPOCOSMÉTICA - Um grupo de 11 empresas fabricantes de produtos cosméticos, incluindo duas de São Paulo, duas da Bahia e quatro goianas, estas patrocinadas pelo Sindquímica, participou em Portugal da edição de 2018 da Expocosmética, realizada entre 7 e 9 de abril na cidade de Porto. O presidente do sindicato, Jair José de Alcântara, também diretor da Toollon Cosméticos, foi um dos participantes de reunião na Câmara de Comércio de Porto, em Portugal.



SINCAFÉ

MELHORES CAFÉS - O presidente do Sincafé, Jaques Jamil Silvério, foi um dos participantes da 14ª Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, realizada no dia 24 de abril, em São Paulo, pela Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). O concurso, que reuniu produtores, industriais, cafeterias e varejo, premiou os melhores cafés da safra 2017. Na foto, ao lado de Silvério, Nathan Herszkowicz, diretor executivo da Abic, e Cláudia Leite, Head de Cafés e Sustentabilidade da Nespresso.

SIFAEG/SIFAÇÚCAR

NA AMAZÔNIA, NÃO - O Fórum Nacional Sucroenergético (FNS), presidido pelo empresário André Luiz Baptista Lins Rocha (foto), que também é presidente executivo dos sindicatos das indústrias de fabricação de açúcar e etanol do Estado de Goiás (Sifaeg/Sifaçúcar), encaminhou ao final de março correspondência ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, contra o projeto de lei 626/2011, que permite a expansão da cultura da cana-de-açúcar no bioma amazônico.



Alex Malheiros

SINDIFARGO

PLATAFORMA WATSON IBM SAÚDE

Anápolis sediou workshop para apresentação do Watson, uma plataforma de serviços cognitivos voltados para a área de saúde. Evento, no Instituto Tecnológico de Goiás Onofre Quinan, teve apoio do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas (Sindifargo) e da Fieg, em parceria com a Superintendência de Vigilância em Saúde, Rede Goiana de Arranjos Produtivos Locais (RGAPL) e Rede Itego, com presença do presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, e Gustavo Bravo, executivo de cliente do Watson IBM Saúde.

SIGEGO**ACIMA DA EXPECTATIVA**

Empresários do setor gráfico e representantes do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego) participaram da ExpoPrint Latin America 2018, entre 20 e 24 de março, em São Paulo. O maior e principal evento do setor de impressão das Américas apresentou o que há de mais moderno na tecnologia gráfica para pré-impressão, impressão e acabamento a mais 50,2 mil visitantes durante os cinco dias da feira, que reuniu 750 marcas distribuídas entre 300 estandes. Com presença de 4,6 mil profissionais de toda a América Latina e de outros continentes, os negócios gerados superaram a expectativa, ultrapassando R\$ 900 milhões.

Alex Malheiros



BANGLADESH - O presidente do Sigego e vice da Fieg, Antônio Almeida, recebe, na Casa da Indústria, o embaixador de Bangladesh no Brasil, Mohammed Zulfikar Rahman, em visita destinada a estreitar laços entre o país asiático e o setor produtivo goiano.

**SINDUSCON ANÁPOLIS**

CONVÊNIO SESI E SECONCI - O Sesi-GO e o Sinduscon Anápolis celebraram parceria para funcionamento do Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci Anápolis), nas dependências do Sesi Jundiá. O evento, em março, contou com presença do superintendente do Sesi, Paulo Vargas; do presidente do Seconci-Brasil, Antonio Carlos Salgueiro de Araújo, e da executiva da entidade, Denise Noleto; dos presidentes do Sinduscon e Seconci Anápolis, Anastácios Apostolos Dagios e Aloísio Sávio da Silva, respectivamente; do representante da Fieg Regional Anápolis, Darlan Siqueira; da gerente do Sesi Jundiá, Marciana Neves, e vários servidores da unidade (foto).

Em operação - O Seconci Anápolis está funcionando desde o começo do ano no Sesi Jundiá, com atendimento médico e odontológico. Logo após a assinatura do convênio, foi descerrada a placa de divulgação do Seconci no CAT Gilson Alves de Sousa.



Silvia Simões

POSSE - O empresário Bruno Beraldi (esquerda), diretor da Termopot Descartáveis Plásticos, assume a presidência do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, durante reunião da diretoria da federação, dia 15 de maio, ao lado de Pedro Alves, Pedro Silvério – seu antecessor e agora vice-presidente – e Elaine Farinelli, da coordenação técnica.

COINFRA

ITINERANTE - Integrantes do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra), presidido pelo empresário Célio Eustáquio de Moura, visitam instalações da Caramuru Alimentos, em Itumbiara, no Sul do Estado, para onde se deslocaram de Goiânia a fim de realizar reunião ordinária do organismo, dia 19 de abril – o encontro de maio foi na Agetop, Agência Goiana de Transportes e Obras. Na indústria, principal grupo brasileiro de processamento de soja, milho, girassol e canola, presente em quatro Estados, o grupo foi recepcionado pelo proprietário, o empresário Alberto Borges de Souza, e por Antônio Ismael Ballan, diretor de logística, e equipe.

Silvio Simões



Alex Malheiros



SENAI

EX-DIRETORES HOMENAGEADOS - As comemorações dos 66 anos de fundação do Senai em Anápolis, no início de março, reuniram professores, alunos, colaboradores e convidados. A diretora da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, Misclay Marjorie Correia da Silva, conduziu a solenidade em homenagem a ex-diretores da instituição. Dentre eles, estiveram presentes José Fernandes Sobrinho, João Francisco da Silva e Francisco Carlos Costa. O evento foi prestigiado pelo presidente em exercício da Fieg, Wilson de Oliveira, e pelo presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea), Robson Peixoto Braga.



DESPERTAGRO

PALESTRA PARA JOVENS

O empresário Wilson de Oliveira (Café Ranchero) participou do DespertAgro, evento realizado pelo grupo jovem da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg). Na oportunidade, ele contou um pouco do case de sucesso da empresa, hoje instalada no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia) e uma das referências do setor no País. Além de café, das marcas Ranchero, Pingo de Ouro, Docê, Anapolino e Qualycream, o grupo empresarial ampliou sua planta e está produzindo rosquinhas, wafers, cookies, dentre outros. A indústria iniciou suas atividades em 1985, em Ouro Verde de Goiás e, pouco tempo depois, transferiu-se para Anápolis.

SINDUSCON ANÁPOLIS

RESGATE HISTÓRICO

O Sinduscon Anápolis, com apoio da Acia e da Fieg, desenvolveu e doou à prefeitura projeto de revitalização da Praça do Expedicionário, no Centro, marco da participação brasileira nos campos de batalha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. A reforma vai homenagear um dos personagens dessa história, o Capitão Waldir O'Dwyer, decano da indústria goiana e da Fieg, que completa 103 anos. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Luiz Antônio Oliveira Rosa, diretor do Sinduscon, com participação de estudantes de arquitetura da Faculdade Metropolitana de Anápolis (Fama).

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro da Mabel Antônio Scodro
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: Leandro Stival
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
www.sindusconanapolisso.com.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente eleito: Alexandre Baldy
Presidente em exercício: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

SUA SIPAT FICA MELHOR COM O SESI

Todas as soluções de que sua
empresa precisa em um só lugar.

Incríveis Palestras Show e Stand Ups



Teatros



Aulão motivacional



Odontologia móvel



Minicursos



Espaço Zen



Palestras

Leve Inovação em segurança para sua empresa.

Alguns de nossos temas:

- DST e AIDS • Diabetes, Colesterol e Hipertensão • Tabagismo e Alcoolismo • Drogas
- Dengue, Zika e Chikungunya • EPI e Prevenção de Acidentes • Ergonomia, LER e Dort
- Higiene Pessoal • Saúde Bucal • Meio Ambiente • Gerenciamento 5S
- Qualidade de Vida • Segurança no Trânsito • Combate a Incêndios

Informações:

Goiânia: 4002 6213 | Demais localidades: 0800 642 1313





EDITAL DE INOVAÇÃO PARA A INDÚSTRIA. SUAS IDEIAS NAS MÃOS CERTAS.

Se você imagina a indústria de forma nova, mais dinâmica e moderna, inscreva sua ideia no Edital de Inovação para a Indústria 2018.

Serão investidos R\$ 57 milhões no desenvolvimento de soluções inovadoras, que receberão apoio técnico e contarão com infraestrutura tecnológica de ponta.

Você pode apresentar, também, soluções criativas para desafios de grandes empresas.

Não perca a chance de fazer parte do futuro da indústria brasileira!

Saiba mais em: editaldeinovacao.com.br.

REALIZAÇÃO

